

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAMILA ANNE CARVALHO DA SILVA

MULHERES E O DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO  
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

CURITIBA

2015

KAMILA ANNE CARVALHO DA SILVA

MULHERES E O DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO  
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Trabalho apresentado como requisito parcial  
à obtenção do grau de Bacharela em Direito  
pela Faculdade de Direito, Setor de  
Ciências Jurídicas da Universidade Federal  
do Paraná.

Orientador: Prof. Leandro Franklin Gorsdorf

Curitiba  
2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

KAMILA ANNE CARVALHO DA SILVA

MULHERES E O DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO  
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em  
Direito pela Faculdade de Direito, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Mestre Leandro Franklin Gorsdorf  
Orientador – Setor de Ciências Jurídicas, UFPR

---

Profa. Dra. Adriana Espíndola Corrêa  
Setor de Ciências Jurídicas, UFPR

---

Profa. Mestre Giovanna Bonilha Milano  
Setor de Ciências Jurídicas, UP

Curitiba, 14 de dezembro de 2015

*Para Tia Preta,  
Paloma  
e mulheres da Cidade Dutra,  
Rio Bonito, Parque Alto e Grajaú*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, antes de mais nada, a minha grande, barulhenta e extremamente carinhosa família. À minha mãe, que me recolheu todas as vezes que cai, a meu pai, cujo carinho se expressa nos gestos mais singelos, à Karol, companheira de dores e alegrias por toda uma vida e ao Gus, e seus adoráveis abraços de urso. Também agradeço as minhas outras mães: Dona Balbina, cuja força me inspira e me ensinou o que é ser baiana, Tia Bica, e sua calma nos momentos de maior desespero, Tia Nil, e sua preocupação constante, e Tia Preta, cuja saudade só não é maior que a gratidão de poder tê-la amado. Agradeço ainda a meus irmãos de outras mães, Rodrigo e Matheus e a meu vô, Otávio a despeito do que dissesse sua identidade, que sempre quis uma filha jurista. Eu os amo eternamente e vocês estão em cada linha desse trabalho, como em todas as conquistas de minha vida.

Agradeço a os amigos e amigas de já longa data. À Manu pra quem eu tantas vezes chorei minhas dores, à Ana Flávia, Mayara, Stela, Caio, Rodrigo, Tamires, Leticia, Andrey e Rafael. Obrigada por compartilhar comigo o caminho tortuoso de se tornar adulta.

Agradeço as amizades formadas no improvável e inóspito espaço da turma. Natália e Thomaz, não conseguiria chegar aqui sem vocês. Agradeço também à Verônica, Isabelle e Alexandre que, ainda que não se formem conosco, me acompanham até aqui.

À Rafaela e Mariana, ou só Rafa e Mari, com quem mais do que amizade e trabalhos acadêmicos, dividi espaços de militância e sonhos de outro mundo.

Aos companheiros e companheiras Movimento de Assessoria Jurídica Popular (MAJUP) Isabel da Silva. À Elô, Tchenna, Tóia, Anna, Moira, Mosca, Dani, Daisy, Naiara, Isabella, Anninha, Matheus, Luriana, Pedro Pistelli, Gabriel, Alice, Valéria, Gabriela Câmara, Gabriela Ferreira, Carolina, Bruna, Brasil, Guilherme, Maira, Jaqueline, Jeferson, Maria, Pedro Perdigão, Juliana, e Ricardo. A todos aqueles com que pude dividir esse espaço. Junto a vocês aprendi a lição mais valiosa que poderia nesses cinco anos. Aprendi que só a luta muda a vida. Obrigado por todos os abraços e apoio. Esse trabalho é fruto de aprendizado coletivo construído principalmente com vocês.

Agradeço a turma do PRONERA, e a força lutadora que colocaram nessa faculdade comumente tediosa. Agradeço a oportunidade de ter conhecido pessoas tão maravilhosas, e me alegro diante da perspectiva de dividir profissão com elas.

As Promotoras Legais Populares de Curitiba e Região, companheiras que me ensinaram a importância do feminismo classista e popular, que me ensinaram que sozinha eu ando bem, mas com vocês ando melhor.

Aos companheiros e companheiras do Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidade e Coletivo Iara. Também àqueles com quem estive ombro a ombro no Grupo de Estudos Raciais e na Setorial de Negros e Negras da FENED. Agradeço especialmente ao Matheus e a Luana, e nossas doloridas conversas sobre identidade, reconhecimento e subjetividades.

Agradeço ao Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais e sua valorosa articulação para pautar os movimentos populares na academia.

Agradeço também aos companheiros e companheiras do Coletivo Alicerce, junto dos quais tornei a revolta coletiva e tive a certeza de que a luta é pra toda a vida. Obrigado ao Lawrence, que ainda me ajudou a revisar esse trabalho.

Agradeço ainda todas e todos os colegas de trabalho do CAOP Direitos Humanos do MP-PR. Agradeço a Dra. Mariana, que se propôs a dividir experiências e compartilhar opiniões. Agradeço especialmente à Camila, supervisora que virou amiga. Agradeço também por poder conhecer Sthe, Alexandra e Júlia, flores que levo pra vida.

Agradeço ainda ao professor Leandro, atencioso orientador que me acompanha desde 2012. Muito obrigada pelo processo de construção desse trabalho e por se fazer presente, mesmo que longe.

## RESUMO

No presente trabalho nos propomos a debater o direito à moradia a partir do recorte de gênero, tendo o Programa Minha Casa, Minha Vida como objeto específico de análise. Para tanto, discutimos inicialmente a dinâmica de (re)produção constante das cidades, a partir da compreensão do espaço urbano como expressão material das relações sociais nele desenvolvidas. A construção e reconstrução dinâmica e constante das cidades a partir de relações patriarcais e capitalistas, que estruturam a sociedade, estabelecem vivências distintas entre mulheres e homens no espaço urbano e em suas relações com a moradia. Posteriormente, discutimos o lugar da mulher para o Direito constituído sob o sistema patriarcal, bem como a necessidade e a definição de um conceito de direito à moradia que incorpore o debate de gênero. Por fim, debatemos o Programa Minha Casa, Minha Vida, considerando os recortes específicos da política voltados a beneficiárias mulheres. Procuramos levantar elementos que permitam compreender as repercussões e limitações da inserção das mulheres nessa política habitacional.

Palavras – Chave: Mulher. Direito à moradia. Programa Minha Casa, Minha Vida.

## ABSTRACT

In this paper we propose to discuss the human right to adequate housing from a gender approach, using the program *Minha Casa, Minha Vida* (My House, My Life), as a specific object of analysis. . To this end, initially we discussed the dynamics of cities production, understanding the urban space as a material expression of social relations developed in it. The dynamic and constant reconstruction of the cities, which happens in a society structured by patriarchal and capitalist social relations , establish distinct experiences of women and men in the urban space and its relationship to housing. . Later, we discussed the place of women to the Law, constituted under the patriarchal system, as well as the need and definition of a right to adequate housing concept that incorporates the gender issue. Finally, we discussed the program *Minha Casa, Minha Vida*, considering the specific aspects focused on women. We seek to establish elements to understand the implications and limitations of women's inclusion in this housing policy.

Key – Words: Women. Right to adequate housing. Minha Casa, Minha Vida.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A MULHER E A CIDADE .....	12
2.1. ELEMENTOS PARA SE PENSAR A CIDADE .....	12
2.2. A CIDADE CAPITALISTA .....	17
2.2.1. A CIDADE NO CAPITALISMO PERIFÉRICO.....	21
2.2.2. A cidade neoliberal.....	23
2.3. A CIDADE PATRIARCAL.....	26
3. A MULHER E O DIREITO À MORADIA .....	34
3.1. A MULHER E O DIREITO .....	34
3.2. A MULHER E O DIREITO À MORADIA .....	40
3.2.1. Segurança Jurídica da Posse.....	45
3.2.2. Disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura .....	47
3.2.3. Custo acessível .....	48
3.2.4. Habitabilidade .....	49
3.2.5. Acessibilidade.....	50
3.2.6. Localização .....	51
3.2.7. Adequação cultural .....	52
4. A MULHER E O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA .....	53
4.1. O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA .....	53
4.2. A INSERÇÃO DAS MULHERES NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA .....	62
4.3. O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E O DIREITO À MORADIA DAS MULHERES .....	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73

## 1. INTRODUÇÃO

A ideia de direito à moradia é nova para do Direito. As primeiras referências de textos jurídicos a esse tema estão na Declaração de Direitos Humanos da ONU de 1948, que inclui a habitação como um dos elementos essenciais para a vida digna. A consolidação do discurso dos Direitos Humanos se dá no contexto pós Segunda Guerra Mundial, momento histórico em que as atrocidades cometidas pela humanidade contra ela mesma fizeram com que se considerasse a existência de direitos que devem ser garantidos a todos os seres humanos. Sendo o direito à moradia um direito humano se coloca a questão: existe a necessidade de se falar especificamente no direito à moradia para as mulheres? Entendemos que sim.

Não é possível falar em direito à moradia, ao menos no contexto urbano, sem refletir sobre a cidade. O espaço urbano é condicionado e condicionante das relações sociais nele desenvolvidas, portanto é inviável tecer análises sobre a cidade sem considerar o contexto econômico, histórico e social em que ela se insere. Assim, se faz absolutamente necessário considerar que vivemos em uma sociedade estruturalmente capitalista, patriarcal e racista.

Pesquisadores e pesquisadoras críticas, especialmente das áreas da geografia e urbanismo, em função da grande influência da teoria marxista no pensamento ocidental moderno, conseguiram realizar análises profundas sobre a formação do espaço urbano no capitalismo. Também se desenvolveram pesquisas que consideraram as especificidades dos países inseridos no capitalismo periférico, considerando as diferenças do desenvolvimento das cidades nesses locais.

Contudo, os recortes de gênero e raça encontram muito menos espaço na construção de conhecimento sobre as cidades. A discussão de raça possui um pouco – bem pouco – mais de atenção da academia, talvez pela dificuldade de ignorá-la quando transitamos entre espaços mais e menos privilegiados nas cidades, além do esforço dos poucos pesquisadores e pesquisadoras negras em incluir o recorte de raça nos diversos debates acadêmicos. Basta olhar pela janela do carro no trajeto entre Parelheiros e Morumbi na cidade de São Paulo para ver que a cidade se transforma, junto com a cor de seus moradores.

Já as mulheres estão espalhadas pela cidade, a diferença de suas vivências não salta aos olhos em um trajeto de carro. Existe uma lacuna na análise das cidades, pouco se fala na influência das relações patriarcais na (re)construção

constante do espaço urbano. Quando o tema mulher e cidade aparece, geralmente é na perspectiva da hostilidade ao trânsito da mulher no espaço público.

Com relação as pesquisas desenvolvidas no âmbito da ciência jurídica, o direito à moradia, na maioria das vezes, é tratado a partir de uma perspectiva genérica. Pesquisadores/as críticas consideram a necessidade de incorporar elementos trazidos por outras áreas do conhecimento e consideram a construção desigual do espaço urbano. Contudo, dificilmente trazem o recorte de gênero para o debate.

Nesse sentido, propomos aqui um esforço à discussão do direito à moradia para as mulheres, a partir de uma análise que busque compreender a vivência das mulheres trabalhadoras na cidade considerando, simultaneamente, o recorte de classe e o de gênero. Idealmente, este trabalho compreenderia também o recorte racial, mas entendemos que as limitações de um trabalho de conclusão de curso não conseguiriam tratar de um objeto tão complexo.

Se faz necessário falar de direito à moradia a partir do recorte de gênero porque, considerando que vivemos em uma sociedade patriarcal, as mulheres possuem uma relação com a moradia e uma inserção no espaço urbano qualitativamente distinta da masculina. A decisão de abordar esse tema no trabalho de conclusão de curso se deu justamente porque foi durante o seu desenvolvimento, pela inserção em projetos de extensão que trabalhavam nas temáticas moradia e direito das mulheres, que percebi que eles deveriam ser trabalhados juntos.

Mais relevante que minha percepção, a necessidade desse reconhecimento já começa a ser incorporada pelo Sistema Internacional de Direitos Humanos, considerando o desenvolvimento de pesquisas e recomendações da ONU voltadas especificamente para o direito à moradia da mulher. Também as políticas públicas de habitação vem incorporando o recorte de gênero. O Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal é reconhecido internacionalmente como referência em atendimento ao direito à moradia da mulher, motivo pelo qual fazemos a análise a partir dele.

Assim, para debatermos o direito à moradia para as mulheres a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida, estruturamos o trabalho da seguinte forma. Primeiramente, trataremos da cidade, considerando sua construção e reconstrução continuadas em uma sociedade capitalista e patriarcal. Depois trataremos do direito à moradia para as mulheres. Por fim, falaremos do Programa Minha Casa, Minha

Vida, traçando considerações sobre a inserção das mulheres na política de habitação promovida pelo programa.

## 2. A MULHER E A CIDADE

Antes de se falar em direito à moradia da mulher é preciso considerarmos a relação e vivência feminina no espaço onde a moradia se realiza: a cidade. Sendo o espaço urbano expressão das relações sociais que o constituem, primeiramente se apresentarão os pressupostos nos quais se alicerçam a presente análise da cidade. Depois nos aprofundaremos em duas perspectivas de análise consideradas relevantes para o objeto deste trabalho, visando compreender a vivência da mulher trabalhadora no espaço urbano: a produção e reprodução da cidade sob o modo de produção capitalista e sob o sistema patriarcal.

### 2.1. ELEMENTOS PARA SE PENSAR A CIDADE

Quando se pensa em cidade é comum que as primeiras referências que venham a mente sejam os grandes prédios, as largas avenidas, o trânsito congestionado, imagens relacionadas a configuração geográfica do espaço urbano. Só em um segundo momento lembramos das pessoas e das relações que elas estabelecem entre si e com o espaço, ainda que aproximadamente 84% da população brasileira seja urbana (IBGE,2010).

Milton Santos define espaço geográfico como o resultado da interação permanente entre trabalho acumulado, corporificado na estrutura física erigida a partir da natureza, e trabalho presente. “O *trabalho morto*, sobre o qual se exerce o *trabalho vivo*, é a configuração geográfica e os dois, juntos, constituem, exatamente, o espaço geográfico.” (SANTOS, 2012, p. 111) <sup>1</sup>.

1 A definição de espaço de Milton Santos tem como pressuposto a ideia de trabalho em Marx, segundo a qual a humanidade precisa transformar constantemente a natureza para garantir sua existência. Sem isso, a reprodução da sociedade seria impossível. Por meio do trabalho, as pessoas constroem materialmente a sociedade ao mesmo tempo que lançam bases para sua constituição como indivíduos. Ao intervir na natureza, no entanto, o ser humano satisfaz suas primeiras necessidades, mas gera novas necessidades e possibilidades. Portanto, o trabalho modifica constantemente o ambiente que cerca a humanidade, ao mesmo tempo que a transforma, em um processo dialético. Os resultados dos trabalhos de homens e mulheres passam a influenciar toda a sociedade e se incorporam como parte da história humana. É por meio do trabalho que o ser humano se constitui um ser social, ou seja, todo o processo histórico de construção da sociedade e do

Considerando que o trabalho vivo, ao se realizar sobre a configuração geográfica, a modifica constantemente e que o próprio trabalho vivo, em sendo relação estabelecida entre seres humanos uns com os outros e com o espaço que os cerca, é dinâmico, conclui-se que o espaço geográfico está em modificação constante.

Sendo a cidade um espaço geográfico específico, a definição de Milton Santos é ponto de partida para a sua compreensão como construção humana proveniente do trabalho social acumulado e em ininterrupta modificação. Ana Fani Carlos destaca esse aspecto ao caracterizar a cidade como obra e produto histórico-cultural efetivado na realidade espacial concreta, a partir de um processo cumulativo de gerações que incorpora ações passadas ao mesmo tempo que aponta possibilidades futuras tecidas na produção cotidiana da vida em sociedade (CARLOS, 2007). No mesmo sentido, Roberto Lobato Corrêa afirma ser a cidade a sociedade em sua mais aparente dimensão, aquela materializada nas formas sociais (CORRÊA, 1989).

Cabe destacar que por produção da vida se entende não só a produção de objetos que respondem as necessidades materiais imediatas da sociedade, mas também modelos de comportamento, sistemas de valores e todo um conjunto de relações estabelecidos entre os membros da sociedade, produzindo também o espaço em sua dimensão prática, aquela sentida cotidianamente pelos indivíduos nele inseridos. Nessa perspectiva, a produção da vida supera o aspecto econômico, ainda que o incorpore, abrangendo todas as relações sociais de uma sociedade (CARLOS, 2007).

O processo contínuo de produção, apropriação e reprodução da cidade está diretamente ligado ao processo de reprodução da sociedade, o que significa, em última análise, a constante reprodução da vida. Assim, o espaço urbano e as relações sociais que o produzem são indissociáveis, já que estas só podem se materializar em um território real e concreto e, ao se realizarem no espaço, o produzem (CARLOS, 2007).

---

indivíduo nela inserido tem o trabalho como seu fundamento (LESSA, TONET, 2011). Por trabalho morto ou trabalho acumulado entende-se o resultado material do trabalho já realizado. Neste caso, Milton Santos faz referência ao que chamou de configuração geográfica, ou seja, o espaço físico da cidade – os prédios, as ruas, os sistemas de eletricidade, água, esgoto, etc – que é resultado do trabalho social, porque realizado pela sociedade como um todo. Por trabalho vivo ou trabalho presente entende-se o trabalho que está sendo realizado no espaço físico já modificado pelo trabalho morto.

### Em síntese

(...) a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais – relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social – produzindo um espaço – ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade. (CARLOS, Ana Fani Alessandri. 2007, p. 21)

Portanto, resta evidente que é impossível analisar a cidade se não a partir do contexto histórico, econômico, político e social da sociedade que a produz. Nesse sentido, a autora propõe que a análise da cidade moderna deva ser orientada pela articulação de três planos indissociáveis: o econômico, entendido como a produção da cidade enquanto requisito para a produção do capital; o político, ou seja, a produção da cidade pela normatização do Estado; e o social, sendo este a produção da cidade como prática sócio-espacial, como resultado da reprodução da vida humana (CARLOS, 2007). Entende-se aqui que a proposta da autora deva ser complexificada a partir da compreensão das contradições estruturantes da sociedade, já que estas condicionam seus eixos de análise.

Assim, é preciso se voltar para as três contradições estruturantes da sociedade, quais sejam, classe, raça/etnia e gênero.

A questão de raça diz respeito ao reconhecimento do racismo como algo estruturante da sociedade. Racismo é o sistema – conjunto de ideias e práticas, pessoais e coletivas – que afirma a superioridade do grupo racial branco ou caucasiano sobre os demais. Destaca-se que grupo racial não é um conceito biológico, mas uma construção social baseada em características físicas, especialmente na cor da pele. O racismo, ao menos em sua configuração moderna, tem origem no sistema colonial. A ideia de superioridade branca se forja a partir da exploração e subjugação dos povos não europeus também como justificativa ao sofrimento imposto a esses povos. Cabe lembrar que a justificativa do processo colonial era levar a civilização a povos que não eram vistos como seres humanos, como nos lembra os debates sobre a existência ou não de alma em indígenas travado pelos primeiros colonizadores da América (SANTOS, 1984).

Ainda que todos os grupos raciais não brancos sejam oprimidos pelo racismo, o comércio de africanos, dos mais diversos povos, escravizados que durou, no caso brasileiro, mais de 400 anos, implicou em uma especial inferiorização dos

negros e negras. O mito da democracia racial brasileiro, a crença de que não somos um país racista, não é compatível ao fato da taxa de analfabetismo ser duas vezes maior entre a população negra, mulheres negras serem mais atingidas pelo desemprego, negros e negras terem renda em média 40% menor que os brancos (SOUZA, 2014) e 2,6 vezes mais chance de morrer (CHAGAS, 2015) demonstram o contrário. Apesar de apresentarmos dados locais, cabe lembrar que o racismo é um sistema de opressão que não se limita a fronteiras, não existindo país que o desconheça (SANTOS, 1984).

A questão de classe se refere a reconhecer que a sociedade se produz através do modo de produção capitalista. O capitalismo é uma relação social configurada pela exploração do trabalho da classe trabalhadora pela classe burguesa ou capitalista. Para que se compreenda como essa relação social se perfaz, é preciso ter em mente que o objetivo de qualquer capitalista é o lucro, que se origina no acréscimo de valor que ocorre no processo produtivo (BRAZ, NETTO, 2007).

O processo produtivo se perfaz a partir de dois elementos, os meios de produção e a força de trabalho. Os meios de produção não geram valor, apenas o transferem ao produto final, por isso o capital substanciado neles é chamado de capital constante. Já a força de trabalho, ao realizar trabalho através do uso dos meios de produção, gera valor, é por isso o capital investido nela é chamado de capital variável (BRAZ, NETTO, 2007).

O valor de qualquer mercadoria no modo de produção capitalista é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la e, sendo a força de trabalho mais uma mercadoria, o mesmo se aplica a ela. Portanto o salário, valor pago ao trabalhador ou trabalhadora por sua força de trabalho, é determinado pelo tempo de trabalho necessário a produção dos bens que permitam a manutenção da vida desta/e trabalhadora/or e de sua família. Porém, como a força de trabalho cria valor, ela mesma não só se paga como cria um excedente, chamado de mais valia, que é apropriado pelo capitalista. Portanto o modo de produção capitalista tem como fundamento a exploração do trabalho (BRAZ, NETTO, 2007).

Por fim, a contradição de gênero faz referência ao reconhecimento do patriarcado enquanto eixo estruturante da sociedade.



O conceito de gênero é entendido por SAFFIOTI (2011) como uma categoria histórica e uma categoria de análise. Enquanto categoria histórica, o gênero já foi concebido de diversas maneiras na literatura.

(...) como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretações de significados, organizações e instituições sociais, identidades subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas as relações homem-mulher, mas também as relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b, SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995), etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. (SAFFIOTI, 2011, p.45)

Patriarcado é conceituado por SAFFIOTI (2011) como um sistema de dominação-exploração cuja base material é a subordinação da mulher ao homem no plano político e econômico. Trata-se de uma relação de gênero específica, entendida pela autora como a construção interrelacionada das imagens de feminino e masculino, uma vez que o conceito de gênero não pressupõe a hierarquização dessas relações. O patriarcado, por outro lado, diz necessariamente respeito a uma estrutura de poder construída historicamente.

O valor central derivado da cultura patriarcal é o controle. Se o seu aspecto econômico implica principalmente na exploração do trabalho feminino, construindo a ideia de mulher em torno das tarefas de mãe e dona de casa, àquela responsável pelo cuidado, pelas tarefas reprodutivas da sociedade, o aspecto político se relaciona ao controle do corpo e vida da mulher. Trata-se da alienação da mulher do desenvolvimento da razão e do exercício do poder. Isso se reflete na construção do masculino como aquele dotado do pensamento, enquanto as mulheres são socializadas para desenvolver comportamentos apaziguadores, dóceis e, sobretudo, subservientes. Cabe destacar que os avanços femininos em aspectos econômicos e políticos, como o acesso ao mercado de trabalho e o direito ao voto ou mesmo acesso a cargos políticos, não destruiu a base material do patriarcado (SAFFIOTI, 1987).

Como nos alerta SAFFIOTI (2011), tratam-se de eixos estruturais distintos, determinados por lógicas diversas, que não podem ser equiparados ou

subordinados uns aos outros. Cada uma dessas contradições marca todo o corpo social, estruturando todos os seus aspectos, sejam eles econômicos, sociais, culturais, políticos, etc. Contudo, é preciso reconhecer que “O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram” (SAFFIOTI, 2011, p. 115). Se cada contradição tem sua lógica própria, o nó formado pelas três apresenta dinâmica específica, regida por uma nova lógica contraditória, sendo que cada eixo estrutural, e, conseqüentemente, a formatação do próprio nó, é determinado historicamente.

Assim, ainda que se costume separar a análise dos eixos estruturais, de forma a se compreender a sua lógica específica, as relações sociais são condicionadas por todos eles ao mesmo tempo, sendo impossível eleger um ou o principal para uma análise de totalidade. Por questões de limitação do objeto, a questão de raça e etnia não será tratada diretamente no presente trabalho, mas uma vez que também estrutura a realidade social, suas repercussões jamais poderiam ser afastadas do texto e acabam por tangenciá-lo.

No que se refere a cidade, a literatura consolidou sua análise a partir do recorte de classe.<sup>2</sup> Sem dúvidas, é impossível compreender a cidade moderna sem reconhecer que sua produção se dá nos marcos do capitalismo. Contudo, é preciso reconhecer que a vivência da classe trabalhadora na cidade não é homogênea, sendo a realidade das mulheres, especialmente as negras, qualitativamente diferente da do homem trabalhador.

Assim, se buscará compreender, em dois momentos, como o capitalismo e o patriarcado condicionam a produção do espaço urbano, de forma a se pensar a vivência específica da mulher trabalhadora, especialmente aquela em situação da maior pobreza, na cidade.

## 2.2. A CIDADE CAPITALISTA

As cidades, a partir de uma dicotomia estabelecida com o meio rural, costumam ser associadas ao progresso, ao que de mais novo existe em uma

<sup>2</sup> São autoras ou autores que fazem essa análise Henri Lefebvre, David Harvey e, entre brasileiras/os, Milton Santos, Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, para citarmos apenas alguns.

sociedade. Apesar disso, não são um fenômeno recente. As cidades surgem do excedente de produção do campo, caracterizando a urbanização como um fenômeno de classe desde a sua gênese, uma vez que a concentração social e geográfica do produto excedente depende da centralização do controle sobre sua distribuição (HARVEY, 2012).

As primeiras cidades se consolidam principalmente como uma organização social produtora de poder político, marcada pelo binômio centralidade de poder/diferenciação social. Atenas antiga exemplifica bem essa dinâmica, posto que seu regime democrático incluía os considerados cidadãos – homens, atenienses e livres – excluía os assim não considerados, como as mulheres, os/as escravos/as e os/as estrangeiros/as (ROLNIK, 1988).

Apesar de a cidade sempre haver se caracterizado como um espaço de incluídos e excluídos, a cidade capitalista provoca a intensificação dessa dicotomia, por duas razões. Primeiro, é no capitalismo que a terra urbana, antes ocupada de forma comunal, por meio do instituto propriedade, torna-se mercadoria (ROLNIK, 1988). Segundo, porque como a urbanização depende da mobilização de produção excedente e o modo de produção capitalista aumentou a produção como nunca antes na história da humanidade, a urbanização se expandiu enormemente (HARVEY, 2012). A principal característica da cidade capitalista, a partir desses dois fenômenos, é a segregação sócio-espacial em larga escala.

Para o capital, a cidade é uma força produtiva, já que concentra as condições gerais da produção capitalista, ou seja, as condições de produção e circulação do capital e da produção da força de trabalho (SANTOS, 2012). A cidade capitalista se organizará física e socialmente de forma a permitir a melhor realização dessas funções.

No que se refere ao espaço físico, a urbanização, assim como a repartição de qualquer espaço, depende da distribuição dos instrumentos de trabalho e dos fatores de produção (SANTOS, 2012). O aspecto físico da cidade pode ser definido, em linhas gerais, como o conjunto de terras justapostas destinadas a diferentes usos. As formas de usar a terra urbana, determinadas por sua melhor utilização enquanto força produtiva, definem uma organização fragmentada da cidade, dividida em torno de suas sublocalidades com diferentes usos. Contudo, as áreas fragmentadas se articulam a medida que interagem entre si. O deslocamento diário

de trabalhadoras/es de áreas mais pobres da cidade para trabalhar em serviços disponibilizados nas áreas mais ricas exemplifica essa articulação (CÔRREA, 1989).

A divisão-articulada do espaço urbano se relaciona diretamente com a divisão do trabalho na cidade. As áreas urbanas têm diferentes funções aos olhos do capital. Lugares capazes de comportar a realização de atividades mais rentáveis terão valor de troca mais elevado e serão utilizados por quem tenha capital suficiente para realizar tais atividades. Já áreas que não tenham essa capacidade serão utilizadas para atividades menos rentáveis, que demandem menos capital. Uma mesma atividade que se realize em locais diferentes da cidade implica em diferentes capitais necessários e rentabilidades (CÔRREA, 1989).

Essa divisão acontece considerando também se a destinação da área será atividade produtiva, circulação de bens ou realização de serviços, posto que cada uma dessas atividades demanda características distintas do espaço urbano. A produção de bens, por exemplo, demanda áreas de baixo valor de troca, já que são realizadas, via de regra, em fábricas que ocupam bastante espaço e o custo com a localização não é transferido ao valor do produto, já que suas concorrentes podem se alocar em lugares mais baratos. Requerem, contudo, acesso fácil a infraestrutura de transporte, como rodovias ou portos, para acelerar a circulação dos produtos. Já a construção de imóveis de luxo, a título de exemplo, demanda áreas com infraestrutura, serviços urbanos, e se realizará em locais de alto valor de troca.

Considerando-se a melhor utilização do espaço para o capitalismo, uma área é bem utilizada quando há correspondência entre o seu uso possível e sua localização relativa no espaço urbano. Assim, a cidade capitalista se modela prioritariamente a partir do valor de troca e das funções de suas sublocalidades (SANTOS, 2012). Daí o pouco interesse, por exemplo, de utilizar os imóveis vazios do centro de Curitiba para moradias populares, já que a área oferece as condições necessárias para o desenvolvimento de comércios ou gera maior rentabilidade se deixada sem uso.<sup>3</sup>

3 Caso emblemático nesse sentido foi a reintegração de posse da construção de um prédio inacabado, localizado ao lado da Praça de Bolso do Ciclista, na rua São Francisco, centro de Curitiba, dia 08 de maio de 2015. O prédio já estava abandonado há mais de 20 anos quando foi ocupado e transformado em local de moradia e espaço cultural, dando origem à OCEL – Ocupação Espaço da Liberdade. A liminar que deferiu a reintegração, proferida pela 16ª Vara Cível e reiterada em segunda instância, entendeu que a existência de tapumes, utilizados para cercar o prédio, caracterizavam o exercício da posse pelo proprietário original, a empresa Weber Construções Cíveis (OCEL, 2015). Dados da Fundação José Pinheiro, baseados nos números do IBGE indicam a existência de 56.300

Os usos e funções da terra urbana, para servir as necessidades dinâmicas da acumulação de capital, precisam ser constantemente readaptados (CARLOS, 2007). Isso implica, naturalmente, na modificação do espaço urbano, que também serve a absorção do capital excedente<sup>4</sup> resultante do processo de acumulação capitalista. As reestruturações do espaço urbano acabam por afetar seletivamente a vida dos habitantes da cidade, a partir de um recorte de classe. As camadas mais pobres da população, via de regra marginalizadas e sem capacidade de influência política nas instâncias institucionais que atuam na política urbana, são as primeiras a sofrer por esse processo<sup>5</sup> (HARVEY, 2012).

Se a terra urbana no capitalismo, como já dito, é mercadoria, a apropriação do espaço urbano se realizará pelo mercado imobiliário, ou seja, pela compra e venda de propriedade. A apropriação da cidade por meio da propriedade privada implica, além da sua divisão e parcelização, em uma profunda desigualdade no processo de construção do espaço urbano. Isso é sentido especialmente na limitação do local de morada na cidade pela propriedade privada e seu valor de troca (CARLOS, 2007).

No que se refere ao aspecto social a cidade constitui fator insubstituível de socialização já que cria meios social e material necessários a maior socialização das forças produtivas e de consumo. Consequentemente, se acentua a contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e as forças produtivas. Esse processo se dá com ainda mais ênfase nas grandes cidades, posto que nelas a divisão do trabalho é maior (SANTOS, 2012).

A cidade ainda permite o surgimento de uma rede de agentes à disposição do processo produtivo, notadamente o Estado, que facilita inclusive a inserção das camadas mais pobres da população na economia urbana, por meio do consumo (SANTOS, 2012).

---

imóveis vazios em Curitiba, o que equivale a quase 10% dos 650 mil domicílios existentes no município (GUETHS, 2007). Ainda assim, no final de 2014, 83 mil pessoas estavam a espera de unidades habitacionais junto à Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB) (G1 PARANÁ, 2014).

4 Capital excedente é o acréscimo de capital gerado pela extração da mais valia. A princípio esse capital era revertido especialmente para a produção, contudo, com o avanço do modo de produção capitalista, outras formas de alocação do capital excedente precisaram ser encontradas (BRAZ, NETTO, 2007).

5 Exemplo disso é a construção do Porto Maravilha no Rio de Janeiro, cuja construção desalojou moradores do Morro da Providência, a primeira favela brasileira, surgida pela ocupação por negros libertos e combatentes da Guerra de Canudos. Em 2012, o CREA-RJ previa que a obra desalojaria ao menos 832 famílias (DIP, 2012).

Além disso, a cidade permite a apropriação privada, seletiva e excludente dos bens coletivos, por meio da socialização capitalista. Por socialização capitalista entende-se a criação e disponibilização de capitais comuns e meios coletivos ao processo produtivo, ou seja, a utilização produtiva ou especulativa de infraestruturas realizadas pelo Estado e financiadas, por meio dos impostos, pela coletividade urbana. Trata-se, sobretudo, de um processo de transferência de recursos coletivos para algumas pessoas ou empresas, no qual o Estado atua como agente que favorece a concentração de riquezas (SANTOS, 2012).

### 2.2.1. A CIDADE NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Ainda que o século XX tenha sido marcado pela existência de algumas experiências de caráter socialista, na entrada do século XXI o modo de produção capitalista configura-se como um sistema planetário, dominante em todo o mundo (BRAZ, NETTO, 2007). Isso implica em dizer que as cidades do mundo tem características comuns porque produzidas sob o capitalismo. Contudo, é preciso considerar que as cidades de países do capitalismo periférico, como o Brasil, desenvolvem-se de forma distinta em comparação as cidades do capitalismo central<sup>6</sup>.

A urbanização na periferia do capitalismo tem características específicas. No lado de cá do modo de produção capitalista, o processo de urbanização está diretamente relacionado a industrialização tardia, ocorrida sobretudo nas décadas de 50 e 60. A partir desse período, houve uma explosão demográfica nos pólos urbanos do chamado terceiro mundo, sobretudo em função da atração das trabalhadoras e trabalhadores recém expulsos das áreas rurais por conta da introdução na produção

6 A diferenciação entre centro e periferia foi cunhada por Raul Prebisch para definir os papéis distintos desempenhados por dois setores do sistema capitalista, durante seu período industrial. O centro seria aquele que primeiro se desenvolve tecnicamente e possui estrutura diversificada e integrada, especializada em produção industrial. Já a periferia é caracterizada pelo desenvolvimento simultâneo e desigual de setores “adiantados” e “atrasados”, tendo o papel primordial de fornecer matéria-prima (MEIRA, OLIVEIRA, SANTANA, 2013). O conceito é utilizado pelos teóricos da teoria da dependência, que defendem a impossibilidade dos países ditos “subdesenvolvidos” trilhem o mesmo caminho que os ditos “desenvolvidos”, posto que o desenvolvimento do capitalismo não se dá em etapas. Pelo contrário, o capitalismo, enquanto modo de produção mundial, estabelece uma relação de dependência entre os países centrais e países periféricos.

agrícola de tecnologias desenvolvidas na 2ª Guerra Mundial, fenômeno conhecido como Revolução Verde. Esse processo ocorreu de forma ainda mais intensa nos países que, antes caracterizados por economias agroexportadoras, tiveram suas economias modificadas a “semi-industriais”, ou seja, foram compreendidos pelas agências multilaterais como capazes de “entrar” na economia globalizada, com a chegada de empresas multinacionais a seus territórios (FERREIRA, 2000).

Para Lefebvre, retomado por CARLOS (2007), é nesse mesmo momento histórico que a reprodução capitalista, superando os limites da produção em sentido estrito, passa a incorporar espaços até então desocupados para a troca mercantil, por meio do desenvolvimento do mercado imobiliário. É a partir desse momento que o planejamento do espaço passa a ser condição de manutenção das relações de dominação do capitalismo.

A chegada das novas populações às cidades não foi acompanhada de qualquer instalação de infraestrutura ou construção de equipamentos urbanos que pudesse lhes conferir alguma qualidade de vida. Pelo contrário, na maioria dos países o Estado deliberadamente se eximiu de criar condições para a população excedente, pois, além da baixa capacidade reivindicatória dessas pessoas, isso aumentaria o custo da força de trabalho oferecida aos industriais recém-instalados (FERREIRA, 2000).

Essa forma de urbanização, que Ferreira caracterizou como urbanização desigual, resultou na formação de grandes metrópoles subdesenvolvidas, concentradoras de grande massa de trabalhadores/as disponíveis à indústria fordista e marcadas pelo grande contraste entre pobreza e riqueza no espaço urbano (FERREIRA, 2000). Expressão disso é que, na lista das 21 mega-cidades mundiais<sup>7</sup>, figuram apenas cinco cidades de países centrais – Tóquio, Nova York, Los Angeles, Osaka e Paris –.

Na América Latina, ainda que esse processo de urbanização tenha resultado em melhora de alguns índices, como a esperança de nascimento com vida e taxa de mortalidade infantil, o crescimento das cidades implicou na piora expressiva de

<sup>7</sup> A lista feita pela revista Exame considera as cidades e suas regiões metropolitanas, com base em seus dados populacionais de 2010 e nas projeções para 2025. Figuram na lista as cidades, da mais para a menos populosa, Tóquio (Japão), Déli (Índia), São Paulo (Brasil), Mumbai (Índia), Cidade do México (México), Nova York (E.U.A), Xangai (China), Calcutá (Índia), Daca (Bangladesh), Los Angeles (E.U.A), Karachi (Paquistão), Buenos Aires (Argentina), Pequim (China), Rio de Janeiro (Brasil), Manila (Filipinas), Osaka-Kobe (Japão), Cairo (Egito), Lagos (Nigéria), Moscou (Rússia), Istambul (Turquia) e Paris (França) (DEARO, 2014).

índices sócio-econômicos e na concentração de níveis absurdos de pobreza. Isso se evidencia, por exemplo, pelas taxas de população residente em habitações subnormais<sup>8</sup> (favelas, cortiços e loteamentos clandestinos) nas grandes cidades latino americanas, por não possuírem renda que as permita acessar o mercado imobiliário legal, lhes restando resolver o problema da moradia por ocupações ou pelo mercado ilegal de terras urbanas.

A reestruturação produtiva internacional iniciada na década de 1970 nos países centrais afetou diretamente o contínuo processo de urbanização dos países periféricos que se iniciou na metade do século XX. A introdução de políticas neoliberais e o conseqüente recrudescimento das políticas sociais onde estas existiam, intensificou ainda mais o quadro de desigualdade das cidades do capitalismo periférico (MARICATO, 2001).

### 2.2.2. A cidade neoliberal

O neoliberalismo é a atual forma de existência do capitalismo, erigida paulatinamente a partir da reestruturação produtiva da década de 1970. Trata-se de uma resposta a crise econômica desencadeada durante o Estado de Bem Estar Social Keynesiano<sup>9</sup> e a implosão do Bloco Soviético. Saad Filho define neoliberalismo como o sistema econômico calcado no uso sistemático do poder estatal para, por meio da ideologia da “não intervenção”, impor um projeto de recomposição do modo de produção capitalista a partir de cinco pontos: “a alocação de recursos domésticos, a integração econômica internacional, a reprodução do Estado, a ideologia e a reprodução da classe trabalhadora” (SAAD FILHO, 2011, p. 6).

O neoliberalismo está fortemente relacionado a dois fenômenos: a financeirização do capital e a globalização. Sob sua égide, se deu uma sistemática

8 18, 9% da população da Região Metropolitana de São Paulo (cerca de 2.16 milhões de pessoas), 14,9% da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (cerca de 1.7 milhões de pessoas), (IBGE, 2011 a) 59% da população da Cidade do México e cerca de 50% da população das Regiões Metropolitanas de Lima (Peru), Quito (Equador) e Caracas (Venezuela) vivem em habitações subnormais (FERREIRA, 2000). Resta evidente, portanto, que as habitações subnormais são antes a regra do que a exceção nas grandes cidades latino americanas.

9 Destaca-se que só houve Estado de Bem Estar Social nos países de capitalismo central.



transferência de capacidade estatal de alocação de recursos para o sistema financeiro, que atua em escala global. Esse controle permitiu que as instituições financeiras influenciassem de forma determinante a economia mundial, bem como levou ao desenvolvimento de atividades especulativas que gerassem mais lucro a essas instituições (SAAD FILHO, 2011).

A financeirização é uma característica estrutural da acumulação e da reprodução social sob o neoliberalismo. Nesse sentido, as 'finanças' incluem não apenas os bancos e as instituições de investimento (fundos de pensão, fundos mútuos, bolsa de valores, seguradoras e outras firmas lidando principalmente com o capital portador de juro), mas também o braço financeiro do capital industrial, cuja lucratividade depende cada vez mais da engenharia financeira. O *papel constitutivo* das finanças na relação capital sob o neoliberalismo permite a elas apropriarem-se de uma parcela dos lucros extraídos pelo setor não-financeiro. (SAAD FILHO, 2011, p. 7)

Já a globalização, o processo de mundialização dos circuitos de acumulação do capital, serviu de base a financeirização e a reestruturação produtiva, permitindo que estas se dessem em escala global. Esse processo recompôs os sistemas de produção nacionais, integrando-os a economia mundial (SAAD FILHO, 2011). Por globalização entende-se:

a ampliação internacional dos mercados revolucionada por grandes mudanças tecnológicas (movimento estrutural) combinadas com o ideário neoliberal: primazia do mercado, enfraquecimento dos Estados-Nação, recuo das políticas sociais, privatização e mercantilização dos serviços coletivos, e consequentemente o aumento do desemprego e da violência. (MARICATO, 2010, p.11)

No que se refere ao movimento de reprodução continuada das cidades, a reestruturação produtiva calcada no neoliberalismo, financeirização e globalização, implicou na realização da financeirização do capital por meio do espaço, ou seja, na produção das cidades de acordo com as exigências de acumulação continuada do capital e articuladas com o plano mundial. Esse fenômeno relaciona-se diretamente com uma tendência de homogeneização das cidades em um espaço mundial que cada vez mais limita a sociabilidade nas cidades em quaisquer outros termos que não os atrelados ao valor de troca da terra urbana (CARLOS, 2007).

Reconhecer esse processo implica em dizer da passagem da aplicação do capital no setor produtivo industrial para o setor imobiliário, especialmente nas grandes metrópoles, que se encontram nas cidades do capitalismo periférico. O

espaço, já tomado pelo seu valor de troca enquanto mercadoria, passa a ser concebido enquanto produto imobiliário. A reprodução do espaço urbano passa a se realizar em outro patamar, posto que se torna momento significativo e preferencial da realização do capital financeiro (CARLOS, 2007).

Esse processo traz novas exigências a modificação e adaptação das sublocalidades urbanas e uma nova relação entre Estado e espaço. O Estado cumpre papel essencial pois é a partir dele que se desenvolveram as políticas urbanísticas necessárias para a construção de uma infraestrutura que permita a realização da financeirização na cidade. Além disso, só ele é capaz de orientar investimentos necessários a determinadas áreas sob o argumento da necessidade coletiva (CARLOS, 2007). Conclui-se, portanto, que o neoliberalismo cria uma forma de governança da cidade que integra Estado e interesses do capital financeiro, fornecendo o aparato estatal ao favorecimento do capital financeiro na reestruturação do espaço urbano (HARVEY, 2012).

Essa forma de gerir a cidade é incorporada ao planejamento urbano por meio do planejamento estratégico (PE), baseado na gestão empresarial. O PE adequa o planejamento da cidade a fim de criar atrativos ao capital estrangeiro e o governo local é concebido como mero gestor que tem a função de tornar sua cidade competitiva em escala mundial. Desnecessário apontar a incompatibilidade desse modelo centralizador com qualquer possibilidade de participação popular nas decisões sobre a cidade. A principal característica dessa forma de planejamento é a inexistência de desenvolvimentos de políticas públicas que busquem atenuar as contradições entre riqueza e pobreza no espaço urbano (FERREIRA, 2000).

O planejamento estratégico tem como seu fundamento a compreensão do habitante como usuário de serviços, de bens de consumo coletivo. Para Ana Fani Carlos, isso implica na redefinição do conteúdo do conceito de cidadania. A cidade passa a realizar uma cidadania meramente formal, já que seu habitante é percebido como produtor, consumidor, mão de obra ou usuário no espaço urbano, e é simplesmente excluído se não puder realizar nenhuma dessas funções, mas nunca como sujeito da reprodução do espaço urbano (CARLOS, 2007). Em última análise, a pessoa residente na cidade, especialmente nas metrópoles, tem de si alienada a vivência da cidade enquanto espaço de desenvolvimento de suas relações sociais não produtivas.

Conclui-se, portanto, que a cidade do capital se constitui em torno do valor de troca das terras, que são mercadoria, e na capacidade do espaço urbano em se constituir da melhor maneira possível como força produtiva. Ao mesmo tempo, ainda é o lugar onde 84% da população brasileira vive. Tem-se, portanto, uma contradição de interesses em torno da cidade. Ao mesmo tempo que o capital necessita que ela se organize como força produtiva, as pessoas necessitam que ela se organize enquanto espaço de vivência e socialização.

No que se refere questão da moradia, o quadro apresentado resulta no não acesso de parte expressiva da classe trabalhadora ao direito à moradia, especialmente seus setores mais empobrecidos. Estima-se que 1.6 bilhões de pessoas, 21,9% da população mundial, vive em habitações subnormais, sendo que 1 bilhão vive em assentamentos informais e 827.8 milhões vivem em favelas urbanas. Ademais, estima-se que mais de 100 milhões de pessoas ao redor do mundo estejam em situação de rua (HABITAT FOR HUMANITY, 2015).

De acordo com o relatório da ONU-Habitat sobre as cidades da América Latina e do Caribe, o déficit habitacional na região já alcança 51 milhões de famílias (ONU-HABITAT, 2012). Pesquisa do Banco Internacional de Desenvolvimento aponta que uma em cada três famílias vive em moradia inadequada ou construída com materiais de baixa qualidade na região. Dois em cada três dos 3 milhões de novos domicílios que se formam anualmente na América Latina são habitações informais (BOUILLON, 2012).

Com relação ao Brasil, dados do Instituto João Pinheiro indicam o déficit habitacional urbano em 8,5%, ou pouco mais de 4,6 milhões de residências. O déficit habitacional se concentra principalmente na faixa de zero a três salários mínimos, representando 82,5% do déficit (CBIC, 2012).

### 2.3. A CIDADE PATRIARCAL

A produção e reprodução constante e dinâmica do espaço urbano é um processo complexo, que requer a análise dos eixos estruturais da sociedade. Ainda que pensar o recorte de classe forneça elementos essenciais a compreensão da cidade contemporânea, se limitar a esse recorte é insuficiente para compreendê-la.

O recorte de classe separa as pessoas no espaço, o de gênero constitui uma vivência distinta da mesma sublocalidade. A vivência da cidade não se dá da mesma forma para homens e mulheres. Para se compreender o porque, é preciso utilizar o gênero enquanto categoria de análise. No presente trabalho, também nos utilizamos do conceito de patriarcado, por entender que a sociedade é estruturada por relações de gênero que subjagam a mulher em relação ao homem.

Para Joan Scott, gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos<sup>10</sup> e também uma forma primária de significação de poder. Cada parte de sua definição comporta elementos específicos. Enquanto elemento constitutivo das relações sociais, o gênero se expressa por quatro subelementos. O primeiro são os símbolos culturais que apresentam representações múltiplas e frequentemente contraditórias do feminino e do masculino. Exemplo dessa contradição são os símbolos de Maria e Eva na cultura cristã. Enquanto Maria evoca a representação da mulher enquanto pura e a relaciona com o papel de mãe, Eva simboliza o feminino enquanto elemento de corrupção do homem, aquela que o leva ao pecado (SCOTT, 1989).

O segundo subelemento são os conceitos normativos que evidenciam interpretações dos símbolos que limitam suas possibilidades metafóricas. Tratam-se de conceitos expressos em doutrinas – jurídicas, políticas, religiosas, científicas, educacionais, etc. – calcados na oposição binária e categórica entre feminino e masculino (SCOTT, 1989). Exemplo disso é o tratamento da mulher casada como relativamente incapaz pelo ordenamento jurídico brasileiro até 1962.<sup>11</sup> Ele partia da ideia de oposição binária entre homens e mulheres e construía, a partir do discurso jurídico, a ideia da mulher como alguém que não tem as características necessárias para desenvolver determinados atos da vida civil.

Relacionando-se com o anterior, o terceiro elemento diz respeito a noção de fixidade, ou não historicidade, dos papéis de gênero. A autora ressalta que a categoria não se relaciona apenas ao sistema de parentesco, como costumam reduzir alguns antropólogos, mas está calcada também na economia, especialmente

10 A categoria sexo é posteriormente problematizada por autoras pós modernas, especialmente Butler. Para ela, mesmo a percepção do sexo, “macho” e “fêmea”, é socialmente construído (BUTLER, 2003).

11 A Lei nº 4.212/62, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, alterou a redação do Código Civil e do Código de Processo Civil, retirando a mulher casada da condição de relativamente incapaz e lhe garantindo a possibilidade de realizar uma série de atos da vida civil de forma independente do marido. A lei manteve, contudo, o marido enquanto chefe da sociedade conjugal.

no mercado de trabalho, na educação e na política. Trata-se de elemento das relações sociais (SCOTT, 1989).

Por fim, o quarto elemento se relaciona a identidade subjetiva. Aqui, precisamos entender o gênero enquanto um meio decodificador do sentido das complexas relações entre diversas formas de interação humana. Além disso, a identidade subjetiva diz respeito ao gênero enquanto forma de legitimação das relações sociais de poder (SCOTT, 1989).

Enquanto forma primária de significação de poder, o gênero é meio de formação e manutenção de estruturas hierárquicas que se baseiam em compreensões generalizadas e naturalizadas da relação entre feminino e masculino. Consequentemente, se tem que a categoria gênero é relacional, não sendo possível pensar na constituição da ideia de mulher sem relacioná-la com a ideia de homem. Também se conclui que a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se elementos constitutivos do poder<sup>12</sup>. A autora ainda destaca que o gênero é uma construção social, ou melhor, uma série de construções sociais de ideias sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Assim sendo, os papéis sociais variam em determinado espaço e tempo histórico (SCOTT, 1989).

Já o patriarcado é uma relação de gênero específica, que pressupõe a relação de dominação de homens sobre mulheres como elemento estrutural da sociedade, e não apenas a construção interrelacional dos papéis de gênero. Assim, utilizar a categoria patriarcado não implica em deixar de se valer do gênero como elemento de análise, mas entendê-lo enquanto atrelado a uma relação hierárquica de gênero que marca todas as relações sociais (SAFFIOTI, 2011).

Saffioti defende a manutenção da utilização da categoria patriarcado, a despeito da crítica de diversas autoras feministas, por entender que se trata de uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência e que tem uma base material própria. Para a autora, utilizar apenas a categoria gênero não implica necessariamente apontar uma relação de opressão e muito menos nomear o pólo oprimido (SAFFIOTI, 2011).

Como já dito, o patriarcado é um sistema de dominação-exploração construído historicamente e socialmente que se assenta na subordinação política e econômica da mulher pelo homem. Trata-se de uma estrutura social e cultural que

<sup>12</sup> Scott se vale da teoria Foucaultiana de poder, o concebendo portanto como uma relação assimétrica que institui a autoridade e a obediência.

pré-define papéis e espaços sociais aceitos para homens e mulheres e os hierarquiza de maneira a legitimar a dominação-exploração feminina (SAFFIOTI, 2011).

As relações de gênero se estruturam na construção do privado, do espaço doméstico, como o local feminino por excelência. Já o público, espaço do trabalho e do exercício do poder, é por excelência masculino. Isso implica em uma divisão sexual do trabalho que lega a mulher o trabalho reprodutivo, aquele relacionado ao cuidado a casa e a família, enquanto que aos homens caberia o trabalho produtivo, desenvolvido no espaço público (BARBOSA, FERREIRA, OLIVEIRA, 2008). Ainda que, concretamente, as mulheres trabalhadoras sempre tenham desenvolvido trabalhos produtivos na esfera pública, notadamente as mulheres negras, isso não implica o afastamento da ideia dos papéis de gênero<sup>13</sup>.

As identidades sociais de homens e mulheres são construídas por meio da atribuição de distintos papéis sociais a cada um dos gêneros. Mesmo às mulheres que desempenham trabalhos remunerados fora do espaço doméstico, cabe a responsabilidade de manutenção da ordem da residência e socialização dos filhos e filhas. Existe um processo ideológico de naturalização dessas identidades sociais, construídas social e historicamente, que os insere em ideias de 'natureza feminina' e 'natureza masculina'. A atribuição do espaço doméstico à mulher está relacionada a sua capacidade de gestação<sup>14</sup>. Daí surge a construção do papel de mãe e sua consequente obrigação para com os afazeres domésticos e criação da prole (SAFFIOTI, 1987).

Nesse sentido, a casa representa algo diferente para as mulheres, posto que elas acabam por, via de regra, estabelecer vínculos mais fortes com a família e terem especial zelo pelo bem estar de seus entes, em comparação aos homens. Para elas, a residência é o espaço que garante abrigo e proteção à família,

13 Tal análise permite a compreensão da vivência de mulheres cisgênero, ou seja, aquelas que se identificam com a identidade de gênero que lhes foi designada quando de seu nascimento. As mulheres transgênero estão submetidas à transfobia, opressão a partir da identificação com uma identidade de gênero distinta daquela que lhes foi designada. Isso implica em um lócus social distinto. A maioria das mulheres transgênero é expulsa de família quando assume sua identidade. A expectativa de vida de travestis e transexuais no Brasil é estimada em cerca de 30 anos, a maioria não constitui nova família, não tem filhos, não tem acesso ao mercado de trabalho. 90% das travestis e mulheres transexuais tem a prostituição como fonte de renda. A vivência da cidade Ihes é, portanto, qualitativamente distinta em relação às mulheres cisgênero (QUEIROZ, 2015).

14 Ainda que essa seja uma característica de mulheres cisgênero sem quaisquer limitação biológica que as impeça de engravidarem, suas implicações se refletem em todas aquelas pessoas percebidas socialmente como mulheres.

especialmente aos filhos e filhas. No caso das mulheres pobres, a casa ainda costuma desempenhar o papel de local da realização do trabalho produtivo que garante a manutenção da família, especialmente quando da inexistência de trabalho formal (BARBOSA, FERREIRA, OLIVEIRA, 2008). Nesse sentido apontam Dona Letícia e Dona Lourdes, militantes do MHC – Movimento dos Conjuntos Habitacionais de Fortaleza, sobre a luta pela moradia:

As mulheres se envolvem mais na luta porque pra elas a “posse” da casa é mais importante. Elas têm maior preocupação em não perder o lar. Porque, quando acontece o despejo, são as mulheres que ficam com os filhos e as filhas. São elas que se preocupam com a segurança e a união da família. Os homens podem procurar outro lugar para ficar. Eles se arranjam em qualquer lugar, porque é só ele. Mas a mulher, é ela e os filhos. (BARBOSA, FERREIRA, OLIVEIRA, 2008, p. 51)

A responsabilidade pelo trabalho reprodutivo faz com que viver em sublocalidades sem equipamentos urbanos seja ainda mais penoso para as mulheres. A inexistência de serviços como postos de saúde, hospitais, áreas de lazer, escolas, impõem o deslocamento das mulheres pela cidade em busca deles. Como a maioria das mulheres da classe trabalhadora necessita realizar trabalhos remunerados para a garantia de subsistência de suas famílias, se impõem a elas um tempo social praticamente irrealizável. Além de realizem a dupla jornada de trabalho feminina<sup>15</sup>, no trabalho doméstico e no trabalho remunerado, precisam se deslocar por grandes distâncias para acessar o trabalho remunerado e os serviços que não existem em seu local de residência. Uma das formas encontradas para enfrentar esse problema são as redes de solidariedade entre mulheres, que garantem a sobrevivência na periferia da cidade, apesar de suas limitações (ALFONSIN, 2006).

Soma-se a isso o fato das mulheres assumirem, em regra, trabalhos mais precarizados e menos remunerados em relação aos homens. Ricardo Antunes e Giovanni Alves apontam como uma das tendências do mundo do trabalho contemporâneo a expansão do trabalho feminino, especialmente nas áreas de trabalho intensivo, que frequentemente necessitam de níveis menores de qualificação. Essa tendência se relaciona, assim como a financeirização da cidade, com a reestruturação produtiva da economia mundial iniciada na década de 70. Ela

15 Dados levantados pelo IBGE em 2013 indicaram que as mulheres despendem, em média, realizam 20,6 horas semanais em trabalho doméstico. Considerando a soma das jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo, elas trabalham 56,4 horas semanais (IBGE, 2014).

foi positiva na medida que inseriu mais mulheres no mercado de trabalho, o que é positivo na medida que as torna mais independentes perante seus parceiros, para aquelas que vivem relações conjugais. Contudo, essa inserção se deu nos postos de trabalho mais precarizados, em um contexto de precarização geral do trabalho (ANTUNES, ALVES, 2004).

É nesse contexto que se cunhou a ideia de se cunhou o conceito de feminilização da pobreza, relacionado a constatação de que a pobreza tem gênero, posto que em sendo apenas 51% da população mundial, as mulheres são 70% dos pobres (ANDERSON, 1994). Ainda que expresse uma situação irrefutável, o termo feminilização da pobreza é passível a críticas, pois transmite a ideia de que o empobrecimento feminino é um fenômeno em curso, quando se sabe que as mulheres sempre foram mais pobres (ALFONSIN, 2006). Portanto, resta evidente que elas seriam as mais afetadas em um processo de empobrecimento geral da classe trabalhadora.

Dados de 2013 indicam que as mulheres brasileiras, em média, recebem 43% do salário masculino (IBGE, 2014), não só por estarem nos postos de trabalho mais precarizados, mas também por receberem menos para a realização do mesmo trabalho<sup>16</sup>. Além disso, são a maioria no trabalho informal e nos postos terceirizados.<sup>17</sup> A responsabilidade com a família também é um dos motivos pelos quais as mulheres se subordinam a trabalhos informais<sup>18</sup>, posto que os horários oscilantes as permitem realizarem a dupla jornada de trabalho e que lidem a ausência dos equipamentos urbanos em sua região. Isso se dá, por exemplo, com mulheres que não ingressam no mercado de trabalho por não conseguirem

16 Dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento apresentados no documento de trabalho "New century, old disparities: gender and ethnic wage gaps in Latin America" indicam que os homens brasileiros recebem em média 30% a mais que as mulheres na mesma função (ATAL, ÑOPO, WINDER, 2009)

17 Dados do PNAD de 2009 indicam que os 42,7% dos homens brancos e 36,9% dos homens negros são empregados com carteira assinada, enquanto 35,4% das mulheres brancas e apenas 24,8% das mulheres negras tinham vínculos de emprego com carteira assinada. Aqui se apresenta também o recorte de raça na inserção ao mercado de trabalho (IBGE, 2009)

18 Importante perceber essa se trata de uma apropriação do capitalismo do patriarcado, estrutura que lhe é anterior, para maior exploração das mulheres, que se dá desde o início do capitalismo. Nesse sentido, é interessante retomar a posição de um fabricante inglês em 1844 "O Sr. E., um fabricante, informou-me que empregava exclusivamente mulheres em seus teares mecânicos, dando preferência às mulheres casadas e especialmente àquelas que tinham em casa uma família que delas dependia para sua manutenção; tais mulheres são mais atentas e dóceis que as solteiras e se submetem aos esforços mais extremos para obter seu sustento (ASHLEY, 1856 *apud*. MARX, 2013, p. 475)



matricular seus filhos e filhas na primeira infância em escolas de educação infantil e não podem, portanto, estar disponíveis para o trabalho no período comercial.

O trabalho precarizado e os maiores níveis de pobreza se concentram sobretudo na população negra.<sup>19</sup> Isso implica em uma realidade ainda mais cruel as mulheres negras, submetidas tanto as relações opressoras de gênero quanto as raciais. Discutir o trabalho doméstico remunerado é paradigmático para compreender essa situação. Essa profissão, cuja origem e disseminação está diretamente relacionada ao passado escravista e colonial brasileiro, só foi reconhecida em 1972. Dados do IPEA referentes a 2009 indicavam que 7,8% dos ocupados no país, ou cerca de 7,2 milhões de trabalhadoras e trabalhadores eram empregadas/os domésticos (GARCIA, 2012). Entre eles, apenas 7% eram homens. Entre as mulheres, somente 13,5% se declararam brancas (FRANÇA, LIMA, RIOS, 2013).

O emprego doméstico remunerado é característico do acesso precarizado ao mercado de trabalho, sendo função marcada pela ausência de escolaridade, pela origem regional e seu baixo rendimento, tipicamente exercida por mulheres chefes de família (FRANÇA, LIMA, RIOS, 2013). Desta maneira, considerando os elementos abordados no ponto anterior, as empregadas domésticas costumam viver em bairros periféricos ou locais irregulares, carentes de serviços públicos. Elas precisam se deslocar diariamente para bairros médios ou ricos, nos quais mulheres com mais renda as pagam para realizar o serviço doméstico que estaria sob sua responsabilidade, especialmente quando estas tem trabalhos remunerados (GARCIA, 2012). Essa realidade, contudo, não se limita a uma ocupação específica. Enquanto as mulheres brancas possuem rendimento, em média, equivalente a 69% do homem branco, as mulheres negras recebem apenas 53% em relação ao mesmo referencial (FRANÇA, LIMA, RIOS, 2013).

O rendimento feminino inferior também dificulta às mulheres o acesso a financiamentos que lhes permitam adquirir a propriedade urbana para fins de moradia. Isso se reverbera inclusive nas políticas públicas de habitação,

19 A população branca brasileira concentra 2,5 vezes mais riqueza do que a população negra. Negras e negros possuem metade do rendimento da população branca em todos os estados brasileiros (HENRIQUES, 2001 *apud*. GARCIA, 2012). A disparidade é ainda mais expressiva nas regiões metropolitanas de Salvador, Rio de Janeiro e Curitiba. Entre a população 10% mais pobre do Brasil, 70% se auto declara negra. Os dados deixam evidente, a pobreza brasileira tem cor (PNAD, 2002 *apud*. GARCIA, 2012).

especialmente para as mulheres no mercado informal de trabalho. A política de habitação social brasileira é calcada na facilitação da compra de habitações populares, como será aprofundado no quarto capítulo deste trabalho. A impossibilidade de comprovação de renda, ou mesmo a inexistência de renda suficiente, impede que as mulheres adquiram mesmo habitações populares.

Conclui-se, portanto, que as mulheres, especialmente as mulheres negras, são as mais empobrecidas entre a classe trabalhadora. Isso se reflete no não acesso da mulher à propriedade da terra. ALFONSIN (2006) traz o dado de que apenas 1% da propriedade mundial pertence a mulheres. Ora, se no modo de produção capitalista a forma de acesso à moradia é o acesso à propriedade fundiária e isso não se realiza para as mulheres, conclui-se que o direito à moradia digno é ainda mais limitado para elas.

Por fim, outro fenômeno que precisa ser considerado para se compreender a condição feminina no espaço urbano é o aumento de famílias sob responsabilidade financeira exclusiva da mulher. Em 1996, 26% das famílias eram chefiadas por mulheres. Já em 2011, os dados do PNAD (IBGE, 2011 b) indicaram que 37,4% das residências brasileiras tem uma mulher como referência financeira. Isso engloba tanto famílias monoparentais femininas quanto famílias das quais a mulher provém a única fonte de renda. Posto que as mulheres possuem renda inferior, essas famílias são mais vulneráveis economicamente. Isso também implica, retomando os elementos trabalhados no ponto anterior, que essas famílias dificilmente terão acesso à habitação formal, muito menos a alocarem-se em lugares com infraestrutura adequada, posto que isso aumenta o valor de troca da terra.

Em síntese, a vivência da mulher trabalhadora é qualitativamente diferente da do trabalhador pois ela tem a responsabilidade sobre as tarefas domésticas e de cuidado com os filhos e filhas, está em empregos mais precarizados e informais, possui renda inferior à masculina, assume cada vez mais a responsabilidade do trabalho produtivo perante a família, especialmente no caso de famílias monoparentais e possui menor acesso à propriedade da terra. Todos esses fatores são mais expressivos entre as mulheres negras e periféricas.

### 3. A MULHER E O DIREITO À MORADIA

O primeiro capítulo deste trabalho foi dedicado a discutir elementos que nos permitam pensar a vivência da mulher trabalhadora, especialmente aquela na faixa de renda entre zero a três salários mínimos já que compõem a parte mais expressiva do déficit habitacional brasileiro, na cidade. No segundo nos dedicaremos ao direito à moradia da mulher. Para tanto, partiremos da discussão do Direito enquanto legitimador das relações sociais patriarcais. Depois nos debruçaremos sobre o conceito de direito à moradia a partir de legislações e documentos do Sistema Internacional de Direitos Humanos, estabelecendo uma distinção entre habitação e moradia, bem como discutiremos a necessidade de se falar especificamente em direito à moradia das mulheres.

#### 3.1. A MULHER E O DIREITO

O conceito de gênero formulado por Joan SCOTT (1989), apresentado no capítulo anterior, tem como uma de suas partes a ideia de gênero como elemento constitutivo das relações sociais, a partir da diferença percebida entre os sexos. Uma das subpartes dessa primeira concepção é a existência de conceitos normativos calcados na oposição binária entre feminino e masculino que reforçam e constroem, ainda que não exclusivamente, os papéis de gênero. Tais conceitos são expressos por doutrinas, entre as quais, na perspectiva na autora, se incluiria o Direito, que tem o condão de legitimar socialmente noções específicas e limitadas de feminino e masculino. Assim, para a autora, o Direito<sup>20</sup> é um agente legitimador dos papéis sociais de gênero.

O Direito realiza uma contribuição singular para a estruturação das relações de gênero, conforme observa Geraldo Monteiro

O Direito – considerado aqui como um *discurso* fundado em valores e noções atinentes a direitos e obrigações – participa primeiramente da

20 Por Direito nos referimos não só os textos legislativos, mas também a doutrina e a jurisprudência.

estruturação das relações sociais ao definir “estatutos” e sancionar “papéis”. Em segundo lugar, realiza uma escolha política por determinados valores aos quais atribui um caráter de *consenso*. Em terceiro lugar, legitima ideologicamente, pelo recurso à referência legal-racional, as existentes distribuições de privilégios e encargos. Em quarto e último lugar, garante, na forma da lei, os direitos de uns e outros conforme as hierarquias sociais e os ditames das estratégias de dominação. (MONTEIRO, 2003, p. 29)

Consideremos com mais atenção cada um dos elementos trazidos pelo autor. Enquanto agente estruturador das relações sociais<sup>21</sup>, o Direito assume as definições socialmente construídas em torno dos papéis de gênero, incorporando as expectativas sobre ações e comportamentos esperados das figuras de 'homem', 'mulher', 'marido', 'esposa', 'pai', 'mãe', etc., uma vez que sua produção não se dá de forma apartada das relações sociais que produzem esses papéis (MONTEIRO, 2013).

Isso implica no reforço jurídico a força normativa social já existente em torno desses papéis (MONTEIRO, 2003). Isso se evidencia, por exemplo, pela tendência jurisprudencial em determinar a guarda unilateral dos filhos e filhas as mães quando da dissolução da união estável ou fim do casamento<sup>22</sup>, por incorporar a ideia de que é responsabilidade materna a socialização da prole.

No mesmo sentido, e de forma ainda mais evidente, vai a previsão legal de licença maternidade de cento e vinte dias a empregada gestante, prorrogáveis por mais sessenta desde que a criança não seja mantida em creche ou organização similar, enquanto a licença paternidade se limita a cinco dias<sup>23</sup>. Note-se que a divisão da tarefa de cuidado com a criança durante a prorrogação do prazo da

21 Na concepção aqui adotada, quando se referencia o Direito como agente estruturador das relações sociais não queremos dizer que ele é elemento estrutural da sociedade, sendo esses os recortes de classe, raça e gênero. Por agente estruturador se entende um elemento que contribui na consolidação e legitimação das relações sociais que, neste caso, tem como elemento estrutural o patriarcado.

22 “Até a aprovação da Lei da Guarda Compartilhada de 2008, que alterou o texto do Código Civil de 2002, (...) O caminho traçado pelos magistrados seguia fiel à compreensão absorvida de legislações arcaicas de que a função materna era superior à paterna em importância para o desenvolvimento da criança e que a mulher se via naturalmente vinculada a esse papel. (...) O reflexo jurisprudencial dessa perspectiva é expresso quantitativamente pelas autoras Beatriz Di Giorgi, Beatriz Pimentel e Flávia Piovesan (1993), que concluem, de um plexo de julgados entre 1970 e 1990, ser franca maioria os que consideravam a guarda unilateral materna decorrente de princípios do direito natural. (...) colhidos julgados entre 2003 e 2007 nos estados mineiro, carioca e gaúcho, averiguou-se que se resistia fortemente à possibilidade de guarda compartilhada” (MATOS, OLIVEIRA, 2014).

23 Licença maternidade prevista no art. 7º, XVIII da CRFB/88 e art. 392 da CLT, com prazo prorrogatório estabelecido pela Lei 11.770/08. Licença paternidade prevista no art. 7º, XIX da CRFB/88 e art. 10, § 1º da ADCT.

licença maternidade implica na perda do direito à prorrogação<sup>24</sup>, enfatizando que a responsabilidade pelos cuidados no período inicial da vida é exclusivamente da mãe.

Com relação a fazer uma escolha política e lhe conferir o caráter de consenso, o Direito se vale de sua capacidade legitimadora e pretensa imparcialidade para conceder a uma entre as possíveis formas de existência de seu objeto status de superioridade. Monteiro exemplifica essa questão por meio da família. São diversas as formas de arranjos familiares encontradas na sociedade, contudo o Direito incorpora a concepção burguesa de família, calcada no casamento<sup>25</sup>, na monogamia, na composição caracterizada por dois parceiros e seus filhos e filhas (MONTEIRO, 2003). No mesmo sentido aponta Matos, afirmando que a família incorporada pelo sistema jurídico clássico, expressa no Código de Napoleão e no Código Civil brasileiro de 1916, foi a estruturada no modelo patriarcal e matrimonializado. Ainda que a Constituição Federal de 1988 tenha delineado um novo paradigma de família, os resquícios do sistema clássico permanecem (MATOS, 2000).

A respeito do terceiro ponto indicado pelo autor, o Direito cumpre o papel de legitimar ideologicamente a relação de poder entre os gêneros ao ratificar privilégios masculinos e encargos femininos, especialmente a partir da manutenção da mulher no espaço do lar. A análise de Monteiro se limita a legislação civil até a Constituição Federal de 1988, motivo pelo qual seu exemplo sobre este ponto é o impedimento do exercício feminino de determinadas profissões e a necessidade de autorização marital para o exercício de atividade remunerada da mulher casada (MONTEIRO, 2003). Contudo, os exemplos da licença maternidade e paternidade e do estabelecimento da guarda dos e das filhas mostram que esta lógica não foi afastada do Direito brasileiro. Com relação a licença maternidade é pertinente observar que o reconhecimento da mulher no mercado de trabalho não afastou a sua obrigação exclusiva de mantenedora do lar e responsável pelo bem-estar dos filhos e filhas, ainda estabelecendo a relação entre o feminino e o espaço privado.

O autor enfatiza a lógica sexista encoberta pelas constantes referências do discurso jurídico ao princípio da igualdade, de forma a não reconhecer as

24 Art. 4º da Lei 11.770/08

25 Mesmo a equiparação da união estável ao casamento e o reconhecimento de outras formas de família pelo ordenamento jurídico brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 não afastaram a centralidade do instituto casamento, ainda que a tenham atenuado expressivamente.

desigualdades materiais e jurídicas entre os gêneros<sup>26</sup>. Estabelece-se uma contradição entre a igualdade formal e o tratamento jurídico desigual entre homens e mulheres (MONTEIRO, 2003). Ao mesmo tempo que o Direito afirma que somos todos iguais perante a lei, determina que a responsabilidade pelos filhos e filhas é da mãe, por exemplo. Contudo, de forma limitada, a partir da pressão dos movimentos feministas, o Direito vem reconhecendo a desigualdade material em textos legislativos, como na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e na Lei do Feminicídio (Lei 13.104/15). Isso complexifica ainda mais a contradição a que nos referimos, posto que o mesmo discurso jurídico que afirma sermos todos iguais reconhece que as relações sociais sob a égide do patriarcado levam mulheres a serem assassinadas somente por serem mulheres.

Por fim, o Direito garante hierarquias sociais de gênero na forma da lei, lhes conferindo caráter de obrigatoriedade (MONTEIRO, 2003). Portando, mais do que legitimar a hierarquia entre os gêneros estabelecida pelo sistema patriarcal, o Direito se apresenta como um relevante óbice a superação desse sistema.

Pateman, retomada por SAFFIOTI (2011), vai além. A partir da teoria política do contrato, sua interpretação é de que o mesmo contrato social que institui a liberdade civil ao sujeito (masculino), calcado sobre a estrutura patriarcal, estabelece a relação de opressão moderna entre homens e mulheres. Assim, a liberdade civil, pressuposto para a ideia de cidadania e de sujeito de Direito, não é um atributo universal, mas masculino e dependente daquilo que nomeou Direito patriarcal. Da mesma maneira que as relações patriarcais deixam marcas em todo o corpo social, o Direito patriarcal perpassa não só a sociedade civil, mas também o Estado. Assim, o Direito seria constitutivamente sexista.

(...) O pacto original é tanto um pacto sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático ao corpo das mulheres. (...) O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pela qual se constitui o patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993 apud. SAFFIOTI, 2011, p.53-54)

26 Monteiro faz referência ao princípio da igualdade a partir de uma perspectiva formal. Sabemos que a utilização do princípio da igualdade material é ferramenta de pressão de grupos oprimidos e historicamente marginalizados por meio do direito e reconhecemos a importância desse instrumento. Contudo, a análise de Monteiro observou que o princípio da igualdade foi adotado de forma hegemônica no primeiro sentido.

O Sujeito de direito<sup>27</sup>, figura em torno da qual o Direito se estrutura, aquele capaz de ser titular de direitos e deveres, apesar de seu caráter pretensamente universal, é uma figura masculina. “(...) el sujeto del Derecho es el hombre adulto adinerado, sin discapacidades visibles, heterosexual y perteneciente a la raza, etnia, clase y religión dominante en cada cultura”<sup>28</sup> (FACIO, 1999, p. 20).

Conclui-se, portanto, que o referencial do Direito é masculino. Quando o Direito incorpora questões relativas as mulheres, não o faz as considerando demandas gerais, relacionadas a necessidades humanas. Pelo contrário, questões relacionadas ao feminino são consideradas “especiais” e criam legislações específicas, relacionadas aos papéis sociais de gênero (FACIO, 1999). O Direito incorpora a perspectiva da mulher não enquanto sujeito autêntico, mas enquanto o Outro<sup>29</sup>.

Retomamos mais uma vez o exemplo da licença maternidade/paternidade. A licença maternidade está inserida no Título III da CLT, 'Das normas especiais da tutela do trabalho', Capítulo III 'Da proteção do trabalho da mulher', Seção V 'Da proteção à maternidade'. O caráter de especialidade voltada ao cumprimento do papel social de mãe não poderia estar mais explícito. Por outro lado, a licença paternidade está inserida no Título IV 'Do contrato individual de trabalho', Capítulo IV 'Da suspensão e da interrupção'. Resta evidente que o sujeito da CLT é o homem trabalhador.

Ora, sendo o Direito moderno calcado no instituto propriedade privada, naturalmente que essa concepção de propriedade também será generificada. A propriedade é um conceito construído para o sujeito de direito masculino.

O acesso ao direito de propriedade da terra foi historicamente negado as mulheres<sup>30</sup>. As principais formas de acesso à propriedade da terra no modo de produção capitalista são a compra e venda e a herança. Até o início do século XX, nenhuma dessas formas estava disponível a maioria das mulheres, posto a limitação

27 Escapa às pretensões da presente pesquisa uma revisão bibliográfica vertical a respeito da noção de sujeito de direito, suas características e sua possível ou provável extinção com a superação modo de produção capitalista. Propõe-se uma análise centrada na produção bibliográfica existente sobre como as mulheres vivem hoje, nesta forma de viver e produzir o mundo.

28 O sujeito de Direito é o homem adulto rico, sem deficiências visíveis, heterossexual e pertencente à raça, etnia, classe e religião dominante em cada cultura.

29 “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.” (BEAVOUIR, 1970, p. 10)

30 Apenas 1% da propriedade da terra pertence a mulheres.

de direitos civis as mulheres casadas, que não eram capazes de herdar nem eram consideradas proprietárias dos bens do casal (DEERE, LEÓN, 2000).

Contudo, o estabelecimento da igualdade formal entre os sexos não representou a real distribuição de bens econômicos entre homens e mulheres. Mas que isso, não teve o condão de afastar a construção generificada do instituto, ainda calcado na ideia de que a propriedade pertence e deve ser administrada pelo homem chefe de família (DEERE, LEÓN, 2000).

Geraldo MONTEIRO (2003) entende que esse paradigma masculino do Direito foi afastado, ao menos no caso brasileiro, a partir de um processo de equiparação formal entre homens e mulheres que culminou com o pleno estabelecimento da igualdade formal na Constituição Federal de 1988. Certamente, os avanços solidificados na Constituição Federal, resultado de lutas históricas travadas pelos movimentos feministas, não podem ser desprezados, posto que representaram avanços materiais na vida das mulheres brasileiras e que oferecem ferramentas, dentro de suas limitações, utilizadas para a concretização de direitos às mulheres. Contudo, mesmo a Constituição cidadã não foi capaz de afastar o caráter sexista do Direito brasileiro.

Ademais, a mera derrogação de normas discriminatórias não implica em um Direito de fato igualitário. Se já não existem mais leis que instituem a desigualdade entre homens e mulheres no casamento, nem por isso o Direito questiona a ausência de obrigações iguais no âmbito doméstico. A divisão entre público e privado, fortemente atrelada aos papéis e hierarquia de gênero, se mantém. A divisão sexual do trabalho também não é afetada (FACIO, 1999).

A promoção de leis contra as mais variadas formas de opressão de gênero, apesar de serem avanços importante, não conseguem de fato atingir a base social do patriarcado. A violência de gênero segue existindo, apesar das leis que buscam combatê-la, a ausência de leis discriminatórias não impede que mulheres ganhem menos para desenvolver a mesma função, as leis voltadas ao direito à paternidade não garantem que a responsabilidade dos pais com os filhos e filhas de fato tenha aumentado (FACIO, 1999).

As mulheres são incorporadas ao Direito, a partir da igualdade formal. Entretanto, essa incorporação se dá nos limites da garantia das relações e do Direito patriarcal. Isso se dá pela dissociação, no pensamento jurídico contemporâneo, entre a liberdade civil e o Direito patriarcal. A dominação masculina expressa, como



a existente até a Constituição de 1988, só pode se retirar do Direito se for substituída por uma autonomia entre os gêneros que não reconhece seu caráter interrelacional. Nesses termos, a liberdade individual feminina encontra limitações nas relações sociais (SAFFIOTI, 2011).

Assim, ainda que as mulheres possam consubstanciar avanços por meio do Direito, o sujeito de Direito segue sendo masculino e o limite dos avanços é estabelecido pelas relações sociais patriarcais. Isso não afasta a necessidade do uso tático do Direito pelas lutas feministas ou das lutas mais amplas nas quais as mulheres possuem protagonismo, nem a capacidade da discussão desencadeada pelo Direito implicar em processos de mobilização que fortaleçam essas lutas.

Nesse sentido, o uso tático do Direito tem sido ferramenta central dos movimentos de luta pela moradia, cujo protagonismo feminino é evidente, a partir da adoção de determinado conceito de direito à moradia que agora passamos a discutir.

### 3.2. A MULHER E O DIREITO À MORADIA

O direito à moradia, enquanto conceito jurídico, está diretamente relacionado ao desenvolvimento da noção de direitos humanos que tomou corpo em escala mundial com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas. Trata-se, portanto, de uma concepção consideravelmente recente para o Direito.

A Declaração dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, traz a primeira referência normativa ao direito à moradia no âmbito do direito internacional ao listar a habitação como requisito necessário para um padrão de vida adequado. Note-se que nesse momento ainda não se falava propriamente de direito à moradia, mas meramente de habitação.

É só no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (PIDESC)<sup>31</sup>, de 1966<sup>32</sup>, que se faz a primeira referência direta à moradia

31 Artigo 11: 1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua nas condições de vida. Os Estados Parte tomarão

adequada enquanto direito humano. O direito à moradia ainda é contemplado, de forma indireta, pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da ONU (PIDCP) que prevê, em seu artigo 17.1<sup>33</sup>, a inviolabilidade do domicílio. A Convenção Americana de Direitos Humanos da OEA<sup>34</sup> (1969), conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, reproduz o PIDCP em seu artigo 11.2, estabelecendo a inviolabilidade do domicílio também no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

A partir do PIDESC, o direito à moradia foi reiterado em uma série de normativas de direito internacional, especialmente aquelas referentes ao combate de discriminações e desigualdades específicas vivenciadas por grupos vulneráveis, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966), a Convenção Internacional de Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (1977), a Declaração sobre Raça e Preconceitos Raciais (1978), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

A Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher<sup>35</sup> (1979) também faz referência explícita ao direito à moradia em seu artigo 14<sup>36</sup>, quando trata das medidas que os Estados Parte devem adotar para eliminar a discriminação contra a mulher rural. Contudo, é possível depreender da leitura sistêmica do documento que a garantia à moradia adequada é parte das condições econômicas imprescindíveis ao enfrentamento da discriminação contra a mulher. Isso implica na necessidade dos Estados promoverem políticas de acesso à moradia adequada também às mulheres urbanas.

---

medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre convencimento (ONU, 1966).

32 O Brasil ratificou o PIDESC e o PIDCP apenas em 1992, por meio do Decreto nº 591, incorporando-os ao ordenamento jurídico pátrio.

33 Artigo 17: 1. Ninguém poderá ser objetivo de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais a sua honra e reputação (ONU, 1966)

34 O Brasil ratificou o Pacto de San José da Costa Rica apenas em 1992, por meio do Decreto nº 678, incorporando-os ao ordenamento jurídico pátrio.

35 Ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 4.377/2002

36 Artigo 14: 2. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher nas zonas rurais a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, que elas participem no desenvolvimento rural e dele se beneficiem, e em particular as assegurar-lhes-ão o direito a: h) gozar de condições de vida adequadas, particularmente nas esferas da habitação, dos serviços sanitários, da eletricidade e do abastecimento de água, do transporte e das comunicações (ONU, 1979).

Ainda que um número expressivo de normativas internacionais faça referência ao direito à moradia, nenhuma delas o conceituou. O documento internacional que serve de parâmetro para a delimitação do direito à moradia é o Comentário Geral nº 4 (1991) do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, criado com o intuito de acompanhar e formular sobre a implementação do PIDESC. O Comentário Geral nº 4 estabelece parâmetros mínimos para que se considere que o direito à moradia adequada esteja de fato sendo efetivado, motivo pelo qual ações dos Estados que visem garantir esse direito devem observá-lo.

O Comentário Geral nº 4 do Comitê DESC estabelece como elementos essenciais da moradia adequada a segurança jurídica da posse; a disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura; o custo acessível; a habitabilidade; a acessibilidade; a localização e; a adequação cultural. Note-se que se trata de um conceito muito mais complexo que a mera habitação, comumente relacionada ao espaço físico e qualidades materiais da casa.

Quando nos referimos aos direitos econômicos, sociais e culturais das mulheres, se faz necessário considerar também o Comentário Geral nº 16 (2005) do Comitê DESC, que trata da igualdade de direitos de homens e mulheres na fruição dos direitos econômicos, sociais e culturais, em aprofundamento da diretriz estabelecida no art. 3<sup>37</sup> do PIDESC.

O Comentário Geral nº 16 parte da concepção de interseccionalidade<sup>38</sup> e reconhece que as mulheres não são um grupo homogêneo, sendo ainda mais expostas a restrição de direitos e discriminação quando a questão de gênero se combina com fatores relacionados à raça e etnia, idade, religião, opiniões políticas, origem nacional ou social, deficiências físicas ou mentais, estado civil, condição de refugiada ou migrante, etc. Considerando isso, afirma que a fruição dos direitos humanos deve se pautar a partir de uma concepção ampla de igualdade que inclua a igualdade formal e a material.

Assim, é preciso que os Estados não atuem de forma discriminatória negativa perante as mulheres, garantindo a igualdade formal, mas que também

37 Art. 3. Os Estados Partes no presente Pacto comprometem-se a assegurar o direito igual que têm o homem e a mulher ao gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais enumerados no presente Pacto (ONU, 1966)

38 Interseccionalidade é um conceito cunhado e difundido por feministas negras na década de 1980 com o objetivo de evidenciar processos de interação entre diversas relações de poder e categorias como classe, raça e gênero em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais e institucionais (RODRIGUES, 2013).

realizem políticas que busquem a construção da igualdade material a partir da discriminação positiva. Além disso devem considerar as diferenças entre distintos grupos de mulheres. No Brasil, cabe reconhecer especialmente a intersecção das questões de raça e gênero e a consequente especial vulnerabilidade social das mulheres negras e indígenas.

O direito à moradia, ainda que deva ser garantido a todos e todas, tem uma importância qualitativamente distinta na vida das mulheres. Para elas, a garantia da moradia adequada se relaciona intimamente a sua segurança, saúde, condições de subsistência e bem-estar (ONU, 2011).

As políticas de habitação bem como os processos que levam a definição do local de moradia no espaço urbano são moldados especialmente pelo controle da terra e de outros aspectos produtivos, como já pudemos aprofundar no primeiro capítulo. As mulheres enquanto grupo tem acesso extremamente limitado à terra e à propriedade, o que redundando no não acesso à moradia adequada. Isso afeta especialmente as mulheres que também pertencem a outros grupos socialmente oprimidos, como as negras. Negar as mulheres o direito à moradia implica em impedir seu acesso a recursos essenciais para o sustento e desenvolvimento delas e de suas famílias. Isso se torna ainda mais relevante quando consideramos o número expressivo de mulheres primordialmente ou exclusivamente responsáveis por suas famílias (ONU-HABITAT, 2014).

A questão da moradia para as mulheres ainda se relaciona a condição de opressão e desigualdade a que estas estão submetidas pelo sistema patriarcal. Quando uma mulher tem seu acesso à moradia e à terra limitados, isso não afeta só a garantia de suas necessidades materiais imediatas, como reitera sua posição de subordinação e dependência sociais em função de seu gênero. Nesse sentido, o direito à moradia da mulher não deve ser visualizado enquanto uma reiteração de seu papel de gênero, que a coloca como pertencente ao espaço doméstico, responsável pela manutenção do lar e criação dos filhos e filhas. Pelo contrário, implica em garantir condições materiais que permitam às mulheres estarem em posição de maior autonomia. Se defendemos a necessidade do recorte de gênero quando falamos em direito à moradia é por reconhecer que ser mulher implica tanto em uma relação distinta com a moradia quanto em uma limitação em seu acesso (ONU, 2011).

A pertinência do recorte específico ganha reconhecimento progressivo no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Entre os anos de 2002 e 2006 a Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada, cujo relator à época era Miloon Kothari, realizou consultas virtuais junto à sociedade civil e visitas a alguns países com o intuito de levantar informações sobre o acesso das mulheres à moradia adequada. Já durante a relatoria de Raquel Rolnik, em 2011, foi realizado novo levantamento com o objetivo de observar os avanços e retrocessos na questão, agora por meio de uma plataforma virtual de debates que conseguiu englobar 60 países. Os trabalhos resultaram em quatro relatórios sobre a temática apresentados pela Relatoria Especial à Comissão de Direitos Humanos da ONU nos anos de 2003, 2005, 2006 e 2012.

Os resultados de 2011, reiterando os relatórios anteriores, apontaram o sistema patriarcal e a discriminação baseada no gênero, a pobreza, os efeitos da globalização, das políticas econômicas neoliberais e das privatizações como elementos que criam um ambiente de violação do direito das mulheres à moradia adequada em escala global. Outras barreiras que foram verificadas em todas as regiões nas quais a consulta foi realizada foram as consequências de desastres, sejam eles naturais ou provocados pela interferência humana, os conflitos e fluxos migratórios internos e a violência doméstica (ONU, 2011).

Na América Latina, além das questões já elencadas, a discriminação contra as mulheres indígenas e negras e a falta de acesso à justiça apresentaram-se com destaque nos resultados. Os apontamentos locais ainda deram especial destaque a violência doméstica como limitador do acesso à moradia adequada das mulheres. Observa-se, portanto, a necessidade de diálogo entre a política de habitação e de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Além disso, se observou a necessidade melhor informação estatal sobre o direito à moradia das mulheres, bem como a necessidade de aplicação efetiva de políticas públicas de habitação já existentes (ONU, 2011).

Considerando o exposto, se faz relevante a análise de cada um dos requisitos mínimos elencados pelo Comentário Geral nº 4 do Comitê DESC, não só a partir de uma perspectiva geral, mas também considerando a garantia de fruição desse direito pelas mulheres, conforme orienta o Comentário Geral nº 16.

### 3.2.1. Segurança Jurídica da Posse

A segurança jurídica da posse reconhece que existe diversas formas de se ocupar um terreno para fins de moradia e que todas elas devem ser asseguradas e respeitadas pelo Estado, inclusive as formas não reconhecidas pelo ordenamento jurídico. O não atendimento a esse requisito geralmente se relaciona a ocupação irregular das cidades (ALVES, 2010).

Para as mulheres, a segurança jurídica da posse encontra ainda outros óbices para sua concretização. É comum que ela seja garantida por meio de sua relação com um homem membro de sua família. Assim quando, por qualquer motivo, essa relação se interrompe, as mulheres se veem diante da possibilidade de serem expulsas de suas residências. Isso é especialmente comum em casos de mulheres em situação de violência doméstica e familiar que dependem de seus agressores. Portanto, mesmo proprietários legais podem estar em situação de insegurança jurídica da posse, como nesses casos (ONU, 2011).

Nesse sentido, alguns Estados esforçaram-se em legislar para proteger as mulheres expostas a essa situação. No caso brasileiro, a legislação conseguiu abarcar casos de mulheres em situação de violência doméstica<sup>39</sup> e aquelas abandonadas por seus companheiros quando a família reside em pequenos imóveis urbanos<sup>40</sup>. Ainda assim, o ordenamento jurídico não é capaz de contemplar todas as situações.

Ademais, mesmo quando a previsão legal abarca certas mulheres, a dificuldade de acesso à justiça impede que essa proteção se concretize. Mulheres em situações irregulares, não reconhecidas pelo direito, também encontram-se

39 O Art. 22, II da Lei Maria da Penha prevê o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida como uma modalidade de medida protetiva de urgência. “Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos dessa Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: (...) II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.”

40 A Lei 12.242/11 estabeleceu a denominada usucapião especial urbana por abandono do lar ao incluir o art. 1.240-A no Código Civil Brasileiro. “Art. 1.240-A. Aquele que exceder, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade dividia com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. § 1º O direito previsto no *caput* não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez”

expostas. Note-se, por exemplo, que o Art. 1.240-A do Código Civil não inclui casos em que o imóvel esta apenas em posse da mulher.

O requisito segurança jurídica da posse estabelece de forma evidente a independência entre o direito à moradia e o direito de propriedade da terra, o que é essencial para que se possa falar em direito à moradia nos países do capitalismo periférico, nas quais parte expressiva da população não é capaz de acessar o mercado formal de habitação (ALVES, 2010).

A segurança jurídica da posse tem especial relevância como forma de proteção jurídica contra despejos forçados e a outras ameaças a posse (ONU, 2011). A especial violência e recorrência dos despejos forçados ensejou a produção do Comentário Geral nº 7 do Comitê DESC (1997), que versa exclusivamente sobre esse tema. Esse documento reconhece que as mulheres são afetadas de modo desproporcional por despejos forçados, estando vulneráveis a uma série de violências<sup>41</sup>.

Relatos de mulheres militantes do movimento de moradia indicam que é bastante comum que as execuções de reintegrações de posse se deem em horários em que só as mulheres e, por vezes, as crianças estão em casa. Na maioria das vezes, as execuções são realizadas por homens, sejam eles oficiais de justiça e/ou agentes de polícia. As militantes relatam extrema truculência dos agentes do Estado, postura que se modifica bastante quando existe uma figura masculina na casa ou quando é uma mulher oficial de justiça que realiza a execução. As atitudes violentas dos agentes públicos, aliadas a falta de informação estatal e de acesso à justiça, geram marcas psicológicas profundas nas mulheres expostas a processos de despejo, especialmente quando seus filhos e filhas também são expostos (BARBOSA, FERREIRA, OLIVEIRA, 2008).

41 *“Las mujeres, los niños, los jóvenes, los ancianos, los pueblos indígenas, las minorías étnicas y de otro tipo, así como otros individuos y grupos vulnerables, se ven afectados en medida desproporcionada por la práctica de los desalojos forzosos. En todos estos grupos las mujeres son particularmente vulnerables a causa de la discriminación jurídica y otras formas de discriminación que suelen darse en materia de derecho de propiedad (incluida la propiedad de una vivienda) o del derecho de acceso a la propiedad o a la vivienda, y de su particular vulnerabilidad a los actos de violencia y abuso sexual cuando se quedan sin hogar/ As mulheres, as crianças, os jovens, os idosos, os povos indígenas, as minorias étnicas e de outro tipo, assim como outros indivíduos e grupos vulneráveis, se veem afetados de forma desproporcional pela prática de despejos forçados. Em todos esses grupos as mulheres são particularmente vulneráveis devido a discriminação jurídica e outras formas de discriminação que costumam se dar em matéria de direito de propriedade (incluindo a propriedade de uma habitação) ou do direito ao acesso a propriedade ou à habitação, e de sua particular vulnerabilidade a atos de violência e abuso sexual quando ficam desabrigadas.”*

O relato de Dona Letícia, militante do MCH – Movimento dos Conjuntos Habitacionais de Fortaleza é expressivo nesse sentido:

O oficial de justiça e os policiais chegaram bem cedo. Ficaram lá fora, esperando o marido de Ana Maria sair. (...) Foi nessa hora que chegaram o oficial de justiça e os policiais. Porque eles sempre fazem assim. Chegam quando as mulheres estão sozinhas. Em horário que elas não podem recorrer a ninguém, que os órgãos estão todos fechados. (...) Também não sei porque eles são tão violentos. Com a Ana Maria eles chegaram e já foram chutando o portão, para que ela não tivesse chance de fechar. E não quiseram conversa. Foram logo jogando tudo fora, as coisas dela, eles jogaram tudo na rua. Ela diz que a pior parte foi quando eles pegaram a bicicleta do Leonardo, o filho dela com necessidades especiais. Nessa hora ele começou a chorar desesperado. Ela pediu que pelo menos a bicicleta eles não jogassem não, deixassem que ela mesma tirava. Ai o policial respondeu que “lugar de louco não é aqui não, é no asilo; se quiser eu chamo uma viatura”. E jogou a bicicleta na rua. Rapidinho eles jogaram tudo fora e lacram a casa. (BARBOSA, FERREIRA, OLIVEIRA, 2008 p. 46-47)

É comum ainda que os homens deixem a família depois de processos de despejos, buscando uma solução só para si, enquanto as mulheres se responsabilizam por encontrar alternativas para si e o resto da família, especialmente os filhos e filhas. A responsabilidade de refazer a vida familiar depois de um despejo costuma recair sobre as mulheres que, não por um acaso, são mais presentes nos movimentos de luta pela moradia (BARBOSA, FERREIRA, OLIVEIRA, 2008).

### 3.2.2. Disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura

A disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura se relaciona com a extensão do direito à moradia para além do espaço físico da residência. Trata-se da garantia de que a habitação esteja em local que permita o acesso à água e esgoto tratados, à alimentação adequada, à segurança, à saúde, à educação, ao lazer, etc. Observa-se, portanto, que a disponibilidade de equipamentos urbanos e políticas públicas voltadas a garantia desses direitos também tem o condão de garantir o direito à moradia. Esse requisito estabelece a relação direta entre moradia digna e a garantia de outros direitos imprescindíveis para a vida digna. Mais que isso, evidência o caráter complexo do direito à moradia



e a impossibilidade de limitá-lo a habitação, como comumente fazem os programas estatais (ALVES, 2010).

Isso tem reflexos maiores na vida das mulheres porque são elas que costumeiramente passam mais tempo em casa. Ademais, quase sempre são as responsáveis pelas tarefas domésticas, cujo tempo despendido para a realização está diretamente relacionado a infraestrutura disponível (ONU, 2011). Ora, se a casa se encontra em uma rua não asfaltada ou se não há água tratada disponível, por exemplo, são as mulheres que precisam retirar o pó e limpar a terra da casa e se deslocar em busca de água.

A não disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços públicos também afeta mais diretamente as mulheres porque, como já comentamos, elas são as responsáveis pelos cuidados dos membros da família. São as mulheres que se deslocam com crianças e idosos quando não existem hospitais, escolas ou creches perto de sua casa. No caso específico da creche, a falta desse serviço público também afeta o direito ao trabalho das mulheres, já que no mais das vezes são elas que abandonam seus empregos para cuidarem das crianças.

### 3.2.3. Custo acessível

O custo acessível diz respeito ao não comprometimento da renda pessoal ou familiar com gastos relativos a moradia de forma a obstaculizar ou impedir o atendimento ou satisfação de outras necessidades básicas (ALVES, 2010). A expressão disso em termos numéricos ou percentuais está condicionada a variáveis econômicas, históricas, culturais e sociais, posto que as necessidades básicas em cada local e tempo são variáveis. O texto permite inferir que a elevação de custos com a persecução de outras necessidades básicas por conta da não garantia à moradia adequada também podem ser considerados como custos excessivos relativos à moradia. Por exemplo, o gasto excessivo com transporte derivado da não disponibilidade de equipamentos urbanos próximos ao local da habitação ou da localização inadequada dela também obstaculizam o direito à moradia.

É essencial que o requisito do custo acessível considere o recorte de gênero, posto o fosso gigantesco existente entre a renda e propriedade masculinas

e femininas (ONU-HABITAT, 2014). Em escala mundial, as mulheres recebem menos que os homens não só na realização dos mesmos trabalhos como por geralmente assumirem postos de menor prestígio, também recebem menos pensões e se aposentam menos. As mulheres tem menos acesso a bens e recursos financeiros no geral. Assim, certamente o que é acessível a média dos homens de uma determinada região não será acessível a média das mulheres (ONU, 2011).

#### 3.2.4. Habitabilidade

A habitabilidade diz respeito a condições físicas da residência que protejam seus ocupantes do frio, do calor, do vento, da umidade, enfim, de quaisquer ameaças a sua saúde, bem como ofereça condições estruturais para sua ocupação. Isso implica em não estar localizada em locais de risco, como encostas de rios, bem como ter espaço suficiente para a acomodação adequada e convivência de seus moradores (ALVES, 2010).

Autoras feministas fazem duras críticas ao tratamento não generificado dos direitos humanos. Para Westendorp, os critérios elencados pelo Comentário Geral nº 4 não contemplam o direito à moradia das mulheres. A autora entende que a principal omissão é a não inclusão de um critério que verse sobre a segurança e dignidade no espaço do lar, uma vez que para milhares de mulheres o domicílio é o lugar onde mais estão expostas a violências e abusos (ONU-HABITAT, 2014). Raquel Rolnik, por outro lado, considera que a segurança e dignidade da mulher estão inseridas no critério habitabilidade, a partir de sua interpretação na perspectiva de gênero (ONU, 2011).

Além disso, o critério, na visão de Rolnik, também se refere a uma divisão do trabalho doméstico que desconstrua o papel de gênero da mulher enquanto responsável pela manutenção do lar. Isso se daria por um lado por um desenho arquitetônico que facilitasse a realização das tarefas domésticas e que, por outro lado, fomenta a igualdade na utilização e fruição do espaço doméstico (ONU, 2011).

### 3.2.5. Acessibilidade

A acessibilidade diz respeito não só a possibilidade de fruição do espaço físico da residência como faz referência também a necessidade dos Estados de garantir que grupos vulneráveis tenham acesso ao direito à moradia. Trata-se portanto, na primeira perspectiva de permitir que o espaço físico da casa contemple as necessidades de pessoas portadoras de deficiência físicas ou mentais, idosos, crianças, pessoas com quaisquer dificuldades locomotoras, etc. Já a segunda perspectiva diz respeito a garantia do acesso à moradia a grupos socialmente vulneráveis dentro de determinada sociedade, especialmente àqueles que tem o direito à moradia historicamente negado. Isso implica na responsabilidade do Estado em desenvolver políticas que priorizem o atendimento a esses grupos (ALVES, 2010).

As mulheres são um desses grupos vulneráveis, posto todos os fatores discutidos no capítulo anterior. Portanto, as políticas públicas de habitação dever garantir acessibilidade a todas as mulheres a moradia, especialmente aquelas que compõem outros grupos em situação de vulnerabilidade.<sup>42</sup> É preciso que elas sejam capazes de incluir mulheres solteiras, chefes de família, mulheres negras, analfabetas, oriundas de fluxos migratórios, etc (ONU, 2011).

Cabem alguns destaques especiais. Primeiramente, no caso das mulheres inseridas no mercado informal de trabalho que, sem poderem comprovar renda, não conseguem acessar programas habitacionais. As políticas dificilmente conseguem alcançar mulheres em trabalhos extremamente precarizados, como é o caso da maioria das trabalhadoras domésticas e mulheres prostitutas. Por fim, é importante ressaltar a completa invisibilidade as mulheres transexuais e travestis para as políticas de habitação. Comumente, elas são expulsas de casa e do convívio familiar

42 Destaca-se que o uso dos termos vulnerabilidade e grupos vulneráveis enfatiza que a condição negativa de grupos específicos em determinados contextos sociais é algo muito mais complexo que a mera oposição entre grupo violador e grupo violado. A condição de vulnerabilidade diz respeito a uma série de desvantagens e óbices reais a vida com dignidade enfrentados em função de alguém possuir características específicas, isoladamente ou em acúmulo, valoradas negativamente pela sociedade. Essas características podem ser de gênero, raça, etnia, origem, religião, orientação sexual, idade, etc.

quando assumem sua identidade de gênero, sem que lhes reste qualquer alternativa habitacional.

### 3.2.6. Localização

O critério da localização diz respeito a garantir que a habitação esteja em um local que integre a malha urbana, além de permitir o acesso próximo a equipamentos urbanos e serviços públicos. Assim, a localização não contempla só a proximidade a escolas, postos de saúde, hospitais e demais equipamentos urbanos, mas também diz respeito a proximidade de opção de lazer, locais de trabalho, locais de socialização comunitária, etc. O não respeito a esse requisito é uma das críticas mais recorrentes aos empreendimentos ligados ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. As construtoras recebem um valor fixo por unidade na construção do empreendimento, o que as leva a procurar lugares sem infraestrutura urbana ou afastados do tecido urbano porque, via de regra, pagam preços menores em lotes nessas condições. Esse debate será aprofundado no terceiro capítulo.

Cabe notar que especificidades de moradores e moradoras podem implicar em questões específicas para a concretização desse critério. Por exemplo, a alocação de moradores que tem por ocupação a coleta de materiais recicláveis não pode se dar em locais distantes do centro ou de áreas mais populosas da cidade, posto que isso impediria a realização de seu trabalho.

Com relação ao recorte de gênero, é preciso se garantir que meninas e mulheres tenham acessos a esses equipamentos e serviços (ONU, 2011). Ressalte-se que o não acesso de mulheres não se dá apenas pela impossibilidade direta de acesso ao serviço, como acontece nos países em que a legislação é negativamente discriminatória. Sem que se garantam condições de deslocamento e acesso com segurança a equipamentos e serviços públicos, de modo que as mulheres possam utilizá-los sem estarem expostas à violência sexista, se configura uma situação de exclusão indireta. Dessa maneira é preciso que existam, por exemplo, vias iluminadas e transporte público seguro para as mulheres.

### 3.2.7. Adequação cultural

Por fim, a adequação cultural diz respeito à possibilidade de expressão da identidade e da diversidade cultural no espaço da habitação (ALVES, 2010). O desrespeito a esse critério acaba se verificando, dentro do contexto urbano, principalmente nas áreas as margens da cidade que, antes rurais, passam a ser incorporadas ao espaço urbano. É comum que nessas áreas os moradores sejam forçosamente incluídos na dinâmica da cidade, perdendo a possibilidade de criar animais ou realizar pequenas criações, posto a elevação do preço da terra que esse processo desencadeia. Cabe ressaltar também importância do respeito desse requisito para a garantia do direito à moradia a povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e demais grupos que vivam a partir de um paradigma distinto do ocidental moderno, mesmo no espaço urbano, onde essas comunidades também estão inseridas.

Contudo, não é possível que isso contemple práticas culturais que reiteram o sistema patriarcal e a submissão da mulher pelo homem. Isso não implica em se adotar uma concepção de direitos humanos pautada no universalismo, que desconsidera os aspectos históricos e culturais de diferentes grupos. Contudo, a cultura também se constitui sob o sistema patriarcal, que também em seu âmbito deve ser combatido.<sup>43</sup>

Pelo contrário, as mulheres devem ter a possibilidade de intervir na definição do que significa moradia adequada em suas regiões. Nos contextos locais, se deve assegurar que a moradia contemple não só as necessidades materiais das mulheres, mas também permitam condições de vida com autonomia, igualdade e dignidade (ONU, 2011).

43 Aqui adotamos a concepção de direitos humanos de Joaquín Herrera Flores, que defende a necessidade de superação da dicotomia entre universalismo e multiculturalismo e advoga por uma teoria alternativa dos direitos humanos. Para o autor, os direitos humanos são uma ferramenta de luta dos grupos oprimidos em busca da dignidade, entendida como o acesso igualitário e não hierarquizado a bens que respondem necessidades produzidas em determinado contexto social, cultural e histórico. Portanto é preciso superar tanto a perspectiva universalista, que não dialoga com os diferentes contextos culturais, bem como a perspectiva multiculturalista, que por vezes legitima práticas opressoras por se pautar em uma noção estática de cultura. Nos pautamos em uma perspectiva que respeita e se constrói considerando as diferenças culturais, mas não ratifica relações de opressão dentro das culturas (FLORES, 2009).

#### **4. A MULHER E O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**

Nos capítulos anteriores, discutimos elementos que nos permitam pensar a vivência da mulher trabalhadora na cidade, bem como nos debruçamos sobre a ideia de direito à moradia da mulher. No terceiro capítulo nos dedicaremos a debater o Programa Minha Casa, Minha Vida, buscando identificar em sua construção e execução elementos que possibilitem ou não a efetivação do direito à moradia das mulheres. Para tanto, partiremos da apresentação dos principais elementos do programa, destacando aqueles que se relacionem com o recorte de gênero. Depois, sistematizaremos dados levantados em pesquisas acadêmicas relacionados ao atendimento de mulheres pelo programa. Por fim, realizaremos breve discussão sobre os elementos do programa direcionados especificamente ao público feminino bem como problematizaremos aspectos que entendemos relevantes para a concretização do direito à moradia das mulheres.

##### **4.1. O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) é um dos grandes símbolos das administrações petistas do Governo Federal, contudo não foi a primeira política implementada desde 2002 para o enfrentamento do déficit habitacional brasileiro. A proposta inicial do primeiro Governo Lula foi o Projeto Moradia, que incluía uma série de medidas gestadas no âmbito do Fórum Nacional da Reforma Urbana<sup>44</sup>. Entre elas destacam-se a criação do Sistema Nacional de Habitação, que visava a articulação estruturada entre os entes federativos para a concretização da política habitacional; a criação de conselhos nos três níveis da federação que definiriam a alocação de recursos da política habitacional e concretizariam a gestão democrática da política; a aprovação do projeto de lei que instituiu o Fundo Nacional de

44 “O Fórum Nacional de Reforma Urbana é uma articulação de organizações brasileiras, que reúne movimentos populares, associações de classe, organizações não governamentais e instituições de pesquisa defensoras e promotoras do direito à cidade” (FNRU, 2015) O FNRU surgiu em 1987, em torno da articulação desses grupos para pautar a reforma urbana no processo da constituinte.

Habitação; a concentração dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o financiamento habitacional de baixa renda; e a articulação entre política habitacional e política fundiária (ARAGÃO, CARDOSO, 2013).

Coube ao recém-criado Ministério das Cidades a condução da política de habitação de interesse social por meio da instituição de um Plano Nacional de Habitação construído a partir das diretrizes da Lei Federal nº. 11.124/2005 e em diálogo com os Conselhos da Cidade (AMORE, 2015). Contudo a política urbana em geral, e a habitacional em especial, encontrou dificuldades de implementação graças a baixa dotação orçamentária do Ministério. Havia uma escolha política da equipe econômica do governo em não privilegiar a política urbana (ARAGÃO, CARDOSO, 2013).

Esse cenário foi extremamente modificado com o PMCMV, lançado em março de 2009, instituído pela Medida Provisória 459 de 25 de março de 2009, posteriormente convertida na Lei 11.997, de 7 de julho de 2009. O programa foi formulado pelos ministérios da Casa Civil e Fazenda, em um contexto de enfraquecimento do papel do Ministério das Cidades enquanto formulador da política habitacional, atuando a princípio de forma lateral no novo programa. O PMCMV foi concebido e apresentado não como um programa habitacional, mas como um programa econômico de incidência habitacional. Seu principal objetivo era atuar como política anticíclica, enfrentando a crise econômica mundial desencadeada pelos *subprimes* hipotecários nos Estados Unidos em 2008, por meio do aquecimento da indústria da construção civil e ramos produtivos relacionados, desde a indústria extrativista e produtora de materiais de construção até a indústria de eletrodomésticos (AMORE, 2015).

De acordo com a divulgação institucional, suas diretrizes básicas seriam os conflitantes objetivos de reduzir do déficit habitacional, promover a distribuição de renda e inclusão social, dinamizar do setor da construção civil e a gerar de trabalho e renda. Note-se que a percepção de enfrentamento do déficit habitacional se centrava na construção de unidades habitacionais, sem o estabelecimento de diálogo entre a política habitacional e a fundiária (SCHREINER, 2012).

O PMCMV foi desenvolvido partir do diálogo entre Governo Federal e a indústria da construção civil, iniciados já durante o final do último mandato de Fernando Henrique Cardoso, a partir de plano piloto apresentada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro (SINDUSCON-RJ). As

conversas foram retomadas a partir de audiência entre o SINDUSCON-RJ e a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff em 2008 (ARAGÃO, CARDOSO, 2013).

O programa tem forte inspiração nas experiências mexicana e chilena de programas habitacionais. Os projetos desses países foram avaliados de forma bastante positiva pelos órgãos de articulação e representação dos grandes empresários da construção civil, já que foram capazes de dinamizar a produção habitacional garantindo o protagonismo do setor privado (ARAGÃO, CARDOSO, 2013).

Foi estabelecido como meta inicial a construção de um milhão de moradias para famílias com renda até 10 salários-mínimos por meio da alocação de 34 bilhões de reais do Orçamento Geral da União e do FGTS, além de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que garantissem o financiamento da cadeia produtiva. Tratava-se de uma quantidade de recursos sem precedentes voltados questão habitacional. Das unidades previstas, 400 mil, ou 40% da meta, seriam destinadas a famílias com renda entre zero a três salários mínimos. Para tanto seriam alocados 16 bilhões de reais de recursos da União, 70% do aportado no Programa (AMORE, 2015).

Em 2011 foi lançada a segunda fase do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV 2), que rege os contratos firmados a partir do segundo semestre daquele ano. Sua instituição se deu por meio da Medida Provisória 514/2011, posteriormente convertida na Lei 12. 424 de 16 de junho de 2011. Nessa fase, o PMCV é incorporado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um conjunto de políticas destinadas a promover a aceleração do crescimento econômico brasileiro. A primeira fase do PAC foi lançada em janeiro de 2007, mas a incorporação do PMCMV só se dá no PAC 2, lançado em março de 2010, já em um contexto de intensificação das medidas anticíclicas de combate aos efeitos da crise econômica mundial desencadeada em 2008. O PMCV 2 é apresentado como uma das medidas de maior destaque do PAC 2, demarcando ainda mais seu caráter de política econômica (SCHREINER, 2012).

A segunda fase do programa estabeleceu como meta a construção de 2 milhões de casas, sendo 1,2 milhões, 60% da previsão, para famílias com rendimento mensal de até 3 salários-mínimos. O montante de recursos mobilizados para seu desenvolvimento cresceu expressivamente, atingindo o valor de 125



bilhões de reais, mais que quatro vezes mais do que foi destinado a fase inicial do programa (AMORE, 2015).

O PMCV é um programa complexo que se destina a atender desde segmentos populacionais de menor renda até setores da classe média tradicionalmente excluídos do mercado habitacional formal brasileiro. Trata-se de uma marca que organiza uma série de subprogramas, fundos, linhas de financiamentos, para apresentar diversas formas de acesso ao produto “casa própria”, sendo esta a característica unificadora do programa (AMORE, 2015).

Estão abarcados no PMCV o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), destinado a subsidiar a aquisição de imóveis novos para a população de baixa renda nas cidades, e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que tem por finalidade o subsídio da produção ou aquisição de moradia a agricultores e trabalhadores rurais, além de instituir uma série de mecanismo de fornecimento de crédito e diminuição de juros para a aquisição de novas moradias por pessoas excluídas desses subprogramas. Além disso, o programa também fornece crédito aos produtores imobiliários, a partir de solicitação das produtoras à Caixa Econômica Federal (ARAGÃO, CARDOSO, 2013).

Considerando a expressiva amplitude de renda dos beneficiários do PMCMV, o programa se organizou por faixas de renda<sup>45</sup>, organizadas com referência no salário-mínimo durante a primeira fase do programa. No PMCMV 1, faixa 1 fazia referência a famílias com renda mensal de zero a três salários-mínimos, atendidas pelo PNHU. A faixa 2 correspondia a famílias com renda mensal acima de três e até seis salários mínimos e a faixa 3 incluía famílias de renda mensal superior a seis salários-mínimos. Na segunda fase do programa, as faixas de renda passaram a ser estabelecidas por rendas mensais absolutas e se abandonou a comparação ao salário-mínimo. As faixas 1, 2 e 3 passaram a contemplar famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00, até R\$ 3.100,00 e até R\$ 5.000,00, respectivamente. Isso implicou em uma ligeira elevação da renda mensal limite contemplada pelo programa que na fase inicial era de R\$ 4.650,00, bem como do limite de cada faixa<sup>46</sup> (AMORE, 2015).

45 Nos restringimos ao desenvolvimento do PMCMV nas cidades

46 No PMCMV 1 as faixas de renda mensais em números absolutos eram assim definidas: Faixa 1 – até R\$ 1.395,00; Faixa 2 – de R\$ 1.395,01 a R\$ 2.790,00; Faixa 3 – de R\$ 2.790,01 a R\$ 4.650,00 (AMORE, 2015)

Para os empreendimentos que atendem a faixa 1 são aplicados os chamados “dinheiros baratos”, que não exigem retorno e sobre os quais não se aplicam juros. Se estabelece um subsídio quase integral as famílias de baixa renda (AMORE, 2015). A principal modalidade de atendimento da faixa 1 é a execução via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Nessa modalidade, a construtora estabelece o projeto, o aprova nos órgãos competentes e o executa. Uma vez que o projeto esteja concluído, ele é integralmente vendida à Caixa Econômica Federal, sem gastos de incorporação imobiliária ou comercialização e, o que é de especial vantagem para as construtoras, sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância de unidades (ARAGÃO, CARDOSO, 2013).

Essa modalidade é utilizada em empreendimentos realizados pelas prefeituras, por construtoras ou em parcerias entre construtoras e gestões municipais. As construtoras podem apresentar o projeto com definição de terreno, licenciamentos aprovados, orçamentos e cronogramas ao órgão financiador. Por outro lado, as prefeituras podem disponibilizar o terreno e promover uma chamada às construtoras, que devem apresentar o projeto completo com os devidos licenciamentos (AMORE, 2015). Preferencialmente são utilizados terrenos doados pelos municípios, que também são incentivados a conceder isenções tributárias à construtora, bem como a desburocratizar o processo de aprovação e licenciamento do projeto e flexibilizar normas urbanísticas de forma a permitir o aumento dos índices de utilização do solo nos empreendimentos (ARAGÃO, CARDOSO, 2013).

A definição das famílias atendidas por esse tipo de procedimento segue critérios de preferência estabelecidos em âmbito nacional e local a partir de procedimento definido pelo “Manual de Instruções para a Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV”, aprovado por meio da Portaria 412/2015 do Ministério das Cidades. Os beneficiários ainda devem preencher o documento “declaração de beneficiário(a)(s)” no qual informam a renda familiar, considerando a dificuldade de comprovação de pessoas no mercado informal de trabalho, bem como declaram outras informações relevantes para seu enquadramento nos critérios de priorização.

Empreendimentos faixa 1 também são desenvolvidos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), na modalidade PMCMV entidades. Nesse caso, os projetos são contratados com entidades, associações e cooperativas habilitadas pelo Ministério das Cidades que assumem a gestão direta ou indireta dos

empreendimentos. A modalidade responde a demandas dos movimentos sociais de moradia e incorpora a metodologia de experiências de produção habitacional autogestionada promovidas em âmbito municipal na década de 1990 e início dos anos 2000. Apenas 3% dos recursos totais aplicados ao PMCMV, em ambas as fases, foram destinados a essa forma de contratação (AMORE, 2015). Além disso, as entidades frequentemente reclamam que os critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades para as habilitações não é compatível aos objetivos da modalidade, posto ser muito burocratizado e com a reprodução de exigências estabelecidas às construtoras, que possuem vastos recursos para atendê-los.

Já nos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, os financiamentos não são operados pela CEF, mas por agentes privados do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), por meio da oferta pública de recursos. Nessa modalidade, as instituições financeiras são selecionadas pela CEF, mediante prévia inscrição. A Caixa define e publica, em conjunto com o Ministério das Cidades, o montante de recursos que será encaminhado a cada agente financeiro, bem como quais regiões serão de responsabilidade de quais agente do SFH. Os agentes financeiros mantêm o Ministério das Cidades informado sobre a realização de contratações. Cabe ao Ministério, por outro lado, receber propostas de realização de empreendimentos por entes federados, que serão selecionadas considerando o déficit habitacional municipal (ARAGÃO, CARDOSO, 2013).

No PMCMV 1, os valores máximos financiados por unidade habitacional na faixa 1 variavam entre R\$ 52.000,00 e aproximadamente 46.000,00, a depender do município onde se realiza o empreendimento. Devido ao apelo do setor da construção civil, os valores subiram para R\$ 76.000,00 a R\$ 70.000,00 na segunda fase do projeto. O PMCMV 2 também estabeleceu exigências de acessibilidade universal, padrões mínimos de acabamento e aumentou a dimensão dos ambientes das casas e apartamentos (AMORE, 2015). Quanto à localização dos empreendimentos, se estabeleceu a de que eles devam estar inserido no tecido urbano (PORTAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2009).

As especificações de produção dos empreendimentos são padronizadas pelo PMCMV. Para a faixa 1 é possível desenvolver empreendimentos de casas térreas com no mínimo 35 m<sup>2</sup> com o limite de até 500 unidades por módulo ou condomínios segmentados em 250 unidades de apartamentos com pelo menos 42 m<sup>2</sup> (PORTAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2009). Não raro, são construídos

empreendimentos com unidades superiores ao máximo legal, a partir do desmembramento do projeto em subprojetos em áreas contíguas (ARAGÃO, CARDOSO, 2013). Na modalidade FAR dificilmente as unidades são maiores que o mínimo estabelecido.

Além de se enquadrar na faixa de renda mensal estabelecida, as famílias atendidas por empreendimentos faixa 1 não podem já ter sido beneficiadas por programas de habitação de interesse social nem possuírem casa própria ou financiada, mesmo em outro estado da federação. Ademais, é estabelecido o pagamento de prestações mensais correspondentes equivalentes a 5% da renda familiar, com prestação mínima de R\$ 25,00, corrigidos anualmente pela Taxa Referencial de Juros (TR). Sobre valores em atraso incidem juros de 1% ao mês, além da atualização monetária.

Os contratos financiados com recursos do FAR e do FDS para a faixa 1 são garantidos por alienação fiduciária em garantia. Os beneficiários, portanto, alienam ao fundo em questão, nos termos do art. 2º, § 3º da Lei 10.188/2011<sup>47</sup>, em caráter fiduciário como forma de garantia do cumprimento das obrigações do contrato de compra e venda de imóvel no PMCMV. Conforme estabelecido na Lei 9.514/97, a alienação fiduciária em garantia inclui as acessões, benfeitorias, melhoramentos, construções e instalações. O art. 6º, § 9º da Lei 11.977/09, incluído pela Lei 13.043/2014, prevê exceção à promoção de leilão público em casos de consolidação da propriedade em nome do fiduciário, conforme estabelecido pelo art. 27 da Lei 9.514/97. Ao contrário, fica estabelecido no caso de imóveis subsidiados com recursos do FAR e do FDS devem ser reincluídos no respectivo programa habitacional, destinando-se sua aquisição a novos beneficiários dessas modalidades.

Ficam dispensados da participação financeira os beneficiários que demandarem reassentamento, remanejamento ou substituição de unidades habitacionais em função de programações orçamentárias ou intervenções financiadas por operações de crédito ao setor público inseridas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Também ficam dispensadas as

47 Art. 2º. Para a operacionalização do Programa instituído nesta Lei, é a CEF autorizada a criar um fundo financeiro privado com o fim exclusivo de segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários destinados ao Programa. § 3º Os bens imóveis integrantes do patrimônio do fundo a que se refere o caput, em especial os bens imóveis mantidos sob a propriedade fiduciária da CE, bem como seus frutos e rendimentos, não se comunicam com o patrimônio desta (...)

famílias que adquirirem unidades por estarem desabrigadas em função da perda de seu único imóvel em casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública, nos termos estabelecidos no Decreto 7.499/2011<sup>48</sup>.

As faixas 2 e 3 são atendidas por financiamentos via Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS), com exigência de retorno e cobrança de juros. Trata-se de um “dinheiro mais caro”, em comparação com a faixa (AMORE, 2015). Nessa modalidade, as construtoras ou incorporadoras oferecem projetos de empreendimentos à Caixa Econômica Federal, que autoriza o seu lançamento e comercialização após a realização de uma pré avaliação. Já assinatura do Contrato de Financiamento à Produção entre construtora/incorporadora e a CEF é condicionado a conclusão da avaliação final e a comprovação da comercialização mínima exigida. A venda das unidades é realizada pelas próprias construtoras ou nos “feirões da Caixa”. Existe a possibilidade das famílias adquiram as unidades nessa modalidade por meio de cartas de crédito emitidas pela CEF (ARAGÃO, CARDOSO, 2013).

Os empreendimentos financiados com recursos do FGTS são assegurados pelo Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab), que concede as garantias de quitação total ou parcial do saldo devedor do financiamento em caso de morte ou invalidez permanente, pagamento de despesas relacionadas a recuperação de danos físicos no imóvel e concessão de empréstimos ao comprador em caso de desemprego ou redução temporária da capacidade de pagamento.

Em casos de inadimplência não cobertos pelo FGHab são assegurados pela realização de contrato com alienação fiduciária em garantia, nos termos da lei 9.514/97. Assim, os beneficiários alienam a Caixa Econômica Federal o imóvel transacionado em garantia ao cumprimento do contrato de aquisição de imóvel residencial, abrangendo acessões, benfeitorias, melhoramentos, construções e instalações.

Existem ainda os empreendimentos de demanda fechada, financiados com recursos do FAR e destinados a grupos de famílias oriundas de um mesmo território, cuja necessidade de reassentamento se deu em função de intervenções realizadas

48 Art. 8º. § 3º. Serão dispensadas a participação financeira dos beneficiários de que trata o inciso I do caput da cobertura de que trata o inciso III do caput nas operações com recursos provenientes da integralização das cotas do FAR, quando essas operações: (...) I. Forem destinadas ao atendimento, nos casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pela União, a famílias desabrigadas que perderam seu único imóvel

no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em função de estado de emergência ou de calamidade pública, oriundas de um mesmo assentamento irregular em área de risco, que tenham sido desabrigadas por motivo de risco ou em função de projetos de regularização fundiária, conforme definido na Portaria 412/2015 do Ministério das Cidades.

Desde a origem do PMCMV, com a MP 459/2009, já se estabeleceu a preferência de titularidade do imóvel à mulher como forma de se buscar garantir o direito à moradia da mulher, conforme previsto no art. 35 da Lei 11.977/2009.

Na segunda fase do programa, novas medidas nesse sentido foram implementadas. A Medida Provisória 514/2010, convertida na Lei 12.424/2011, alterou a redação do art. 3º da que regulamenta o programa, definindo, em seu inciso IV, a prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. Essa prioridade se consubstancia na sua definição como critério nacional de priorização para empreendimentos financiados pelo FAR voltados a famílias da faixa 1<sup>49</sup>.

A Lei 12.693, de 24 de julho de 2012, ainda incluiu na Lei do PMCMV o art. 35-A, que estabelece a manutenção ou transferência do título de propriedade de imóvel adquirido no âmbito do programa durante a constância de casamento ou união estável à mulher, quando da dissolução da união estável, separação ou divórcio, independentemente do regime de bens aplicável. A previsão é válida para imóveis subsidiados com recursos do Orçamento Geral da União, do FAR e do FDS, sendo excluídos imóveis financiados com recursos do FGTS. Concretamente, isso implica em que a previsão seja válida quase que exclusivamente para imóveis faixa 1, posto que, em regra, empreendimentos faixa 2 e 3 são financiados via FGTS. Em seu artigo único, o dispositivo traz a previsão de transferência ou manutenção da titularidade do imóvel ao marido ou companheiro nos casos em que haja filhos do casal e a guarda seja atribuída exclusivamente a ele<sup>50</sup>.

A mesma lei incluiu o art. 73-A na Lei do PMCMV estabeleceu que os contratos cuja beneficiária final seja mulher chefe de família, tanto no âmbito do

49 Os outros critérios nacionais de preferência são famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, mediante comprovação por declaração de Ente Público e famílias de que façam parte uma ou mais pessoas com deficiência, mediante comprovação por laudo médico.

50 O dispositivo não prevê a situação de casamentos ou uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo.

PMCMV – excetuando os casos que envolvam recursos do FGTS – quando em programas de regularização fundiária de interesse social promovidos por União, Estados, Distrito Federal ou municípios, poderão ser firmados independentemente da outorga do cônjuge, sendo afastado o disposto nos art. 1647 a 1649 do Código Civil.

Por fim, cabe a referência a Portaria nº 412 do Ministério das Cidades, de 6 de agosto de 2015, que redefiniu os critérios de seleção dos beneficiários do PMCMV no âmbito do PNHU, por meio da aprovação do “Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV”. O Manual reitera a prioridade de famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, definindo esta como “aquela que se reconhece e é reconhecida pela família como a pessoa de referência dessa, podendo ou não ser provedora econômica”.

Ademais, o Manual define uma lista de critérios entre os quais os municípios devem eleger seus critérios de priorização adicionais. Caso o município queira determinar um ou mais critérios não estipulados entre as letras “a” a “n” do ponto 2.1.3 do Manual, este deve ser submetido previamente à aprovação da Secretária Nacional de Habitação, conforme estipula a letra “o” do referido ponto. Entre a lista de critérios adicionais está a prioridade a famílias de que faça parte mulher a quem foi concedida medida protetiva prevista no âmbito da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Trata-se do primeiro diálogo legislativo entre as políticas habitacional e de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito do PMCMV. A lista também inclui o critério de prioridade para famílias monoparentais, que na maioria das vezes são chefiadas por mulheres.

#### 4.2. A INSERÇÃO DAS MULHERES NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Definir os efeitos do Programa Minha Casa, Minha Vida para as mulheres é uma tarefa difícil, especialmente em face da não existência de qualquer publicação institucional de caráter nacional que apresente dados sistematizados sobre a temática. Em decorrência disso, também não existem trabalhos acadêmicos que discutam de uma perspectiva nacional as implicações do PMCMV para as mulheres.

Dessa forma, as pesquisas empíricas se limitam a empreendimentos específicos ou ao desenvolvimento do programa em determinada região.

Conforme enunciado anteriormente, a Relatoria Especial sobre Moradia Adequada da ONU apresentou um informe à Assembleia Geral em 2012 sobre o direito à moradia das mulheres. Uma das recomendações emitidas no documento foi a disponibilização pelos Estados Parte de compilações de dados que incorporem uma perspectiva de gênero. A não concretização dessa recomendação pelo Estado Brasileiro inviabiliza a avaliação das medidas adotadas pelo PMCMV que visam garantir o acesso à moradia digna para as mulheres.

Independente da inexistência de análises aprofundadas, o Programa Minha Casa, Minha Vida é reconhecido internacionalmente como modelo de programa habitacional capaz de atender e garantir o direito à moradia das mulheres, bem como de outros grupos em situação de vulnerabilidade, a partir de uma perspectiva interseccional. Uma publicação da ONU Habitat sobre mulher e habitação avalia a experiência do PMCMV como extremamente bem-sucedida nesse sentido, definindo o programa da seguinte maneira

Brazil's innovative housing programme – Minha Casa, Minha Vida – My House, My Life, is a unique mass housing project that embodies an intersectional analysis in the national government attempt to address the housing needs of some of the most marginalized women and men in the country. The substantive number of affordable housing units is geared to low-income women and men. The provision of this housing also acknowledges the vulnerability and discrimination faced by low income women due to gender-based violence, racism and their status as single mothers. (ONU-HABITAT, 2014, p. 39)<sup>51</sup>

De fato, a centralidade das mulheres é característica distintiva da segunda fase do Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo tratada com destaque pela propaganda institucional. A inclusão do art. 35-A a Lei 11.997/09, que se deu por medida provisória, determinando a manutenção da titularidade do imóvel com a mulher em caso de dissolução de união estável ou fim do casamento, foi anunciada no pronunciamento oficial da Presidenta Dilma Rousseff no Dia Internacional da

51 O inovador programa brasileiro de habitação – Minha Casa, Minha Vida – é um projeto único de habitação em massa que incorpora uma análise interseccional à tentativa do governo nacional de atender a demanda habitacional de grupos de mulheres e homens inseridos entre os mais marginalizados do país. O substancial número de unidades habitacionais a custo acessível é destinado a mulheres e homens de baixa renda. A provisão de tais unidades habitacionais também considera a vulnerabilidade e discriminação enfrentada por mulheres de baixa renda devido à violência de gênero, ao racismo e por serem mães solteiras (tradução livre).



Mulher de 2012, vinculado em rede nacional. O pronunciamento destacou a centralidade das mulheres nas políticas sociais do governo federal tratando, além da política de habitação, das políticas de saúde, inserção das mulheres no mercado de trabalho, construção de novas creches e política de enfrentamento à violência contra a mulher (PALÁCIO DO PLANALTO, 2012).

Na primeira fase do PMCMV, 47% dos contratos foram assinados por mulheres. As mudanças da legislação do programa em sua segunda fase, voltadas unicamente para a faixa 1, não significaram uma inclusão maior das mulheres no PMCMV. Dados divulgados em março de 2013 pela Caixa Econômica Federal indicaram que as mulheres haviam firmado 46,67% dos contratos do programa em todas as suas faixas (CEF, 2013).

Contudo, observando exclusivamente os contratos faixa 1, as mulheres representavam à época 86,44% das beneficiárias. Nas faixas 2 e 3, os dados apontaram que as mulheres haviam assinado 36,49% e 40,49% dos contratos, respectivamente. Dados divulgados pelo Governo Federal em junho do ano corrente apontam as mulheres como proprietárias de 89% das unidades habitacionais destinadas a famílias com renda até R\$ 1.600,00 (PORTAL BRASIL, 2015).

Pesquisas realizadas em âmbito local corroboram a predominância de mulheres titulares de imóveis em empreendimentos faixa 1. O Residencial Risoleta Neves I, localizado no Bairro Jardim São José, no município de São João del-Rei, ao sul de Minas Gerais, é um exemplo. O empreendimento composto por 440 unidades habitacionais abriga 386 famílias chefiadas por mulheres, 96,5% do total. É relevante destacar que 89,8% das (os) beneficiárias (os) possui renda de até 1 salário-mínimo (FERREIRA et al., 2014).

Ao traçar o perfil das (os) beneficiárias (os) faixa 1 da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) se observou mais uma vez a predominância feminina. Em pesquisa realizada nos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, que reúnem 114 dos 139 conjuntos habitacionais do PMCMV na região construídos até o final de 2012, observou-se que 90% dos domicílios eram chefiados por mulheres, das quais metade não tem cônjuge e 44% não concluíram o ensino fundamental (PEQUENO, ROSA, 2015).

Já a pesquisa realizada no primeiro empreendimento faixa 1 construído com os recursos do FAR no município de Viçosa, localizado na região da zona da mata, em Minas Gerais, procurou traçar o perfil socioeconômico e composição familiar

exclusivamente das mulheres beneficiárias. O empreendimento em questão possui 132 unidades habitacionais, das quais 76 são ocupadas com famílias que tem mulheres por responsáveis. Constatou-se que 21,1% das beneficiárias eram solteiras e 23,7% viviam com companheiros em regime de união estável. O rendimento mensal de 57,9% delas, a maioria portanto, era inferior a um salário-mínimo, sendo que 80,3% eram atendidas pelo Programa Bolsa Família. O nível de escolaridade entre as beneficiárias era baixo, sendo que mais da metade, 51,23% não haviam completado o ensino médio. As famílias chefiadas por mulheres eram compostas, em média, por quatro pessoas, sendo que em 72,4% delas haviam crianças (MOREIRA, SILVEIRA, REIS, 2013).

Os estudos de PACHECO (2013) buscaram traçar o perfil e compreender as demandas das famílias com responsabilidade feminina junto ao PMCMV 2 para municípios até 50 mil habitantes na região dos Campos Gerais, no estado do Paraná. A pesquisadora entrevistou gestores e analisou dados referentes aos municípios de Arapoti, Imbituva, Jaguariaíva, Ortigueira, Piraí do Sul e Reserva. Das 300 unidades habitacionais construídas nos seis municípios, 207 foram destinadas a famílias com mulheres responsáveis pelo domicílio. Quando consideramos os municípios isoladamente, as famílias chefiadas por mulheres representaram 50% das beneficiadas no município de Arapoti, 52% em Imbituva, 94% em Jaguariaíva, 32% em Ortigueira, 88% em Piraí do Sul e 98% no município de Reserva (PACHECO, 2013).

Nos municípios de Arapoti, Imbituva e Jaguariaíva a maioria das mulheres responsáveis pelo lar estavam na faixa dos 20 a 40 anos. Já nos demais municípios a maioria das mulheres tinha entre 40 a 50 anos. A média de escolaridade entre elas era baixa, sendo que a maioria, 64,92%, tem ensino fundamental incompleto. 36,33% das titulares eram solteiras, enquanto 28,33% eram casadas. Outras 23% ainda declararam viverem em união estável (PACHECO, 2013).

Se observou a predominância do arranjo familiar nuclear<sup>52</sup> entre as famílias analisadas, representando 43,33% do total. As famílias monoparentais femininas representavam 34,67% do universo analisado, contra apenas 1% de famílias monoparentais masculinas. A média de renda das famílias atendidas pelo PMCMV nos municípios em questão é de R\$ 457,25, sendo que a média de renda das

52 Por família nuclear PACHECO (2013) considerou famílias compostas por pai, mãe e filho ou filhos e famílias compostas por um dos pais e filho ou filhos.

famílias com mulheres responsáveis é de R\$ 449,25. Outro dado pertinente é que 76% dessas mulheres recebem algum benefício de transferência de renda. O assistente social do município de Reserva declarou em entrevista que observa quantidade expressiva de mulheres responsáveis por seus filhos que não contam com qualquer auxílio financeiro dos homens genitores (PACHECO, 2013).

Em síntese, a pesquisadora concluiu que o perfil das famílias beneficiárias em municípios com até 50 mil habitantes na região dos Campos Gerais

(...) são famílias jovens, onde a faixa etária do titular está entre 20 a 40 anos, possuem baixa escolaridade, ensino fundamental incompleto, o estado civil predominante é solteiro, com formação familiar nuclear e monoparental – mulher, com renda média de R\$ 457,25. Em relação aos dependentes, identificamos que 87,89% estão abaixo dos 19 anos. Ressaltamos que, segundo os dados coletados, há um número significativo de famílias que participam de algum programa de transferência de renda, 69% das famílias. (PACHECO, 2013, p. 141-142)

O perfil traçado por PACHECO (2013) é próximo ao constatado em todos os trabalhos acadêmicos a que tivemos acesso no desenvolvimento desse trabalho. Ainda que não seja possível generalizar essas conclusões, se evidencia que uma parcela significativa das mulheres beneficiadas pelo PMCMV na faixa 1 possuem baixa escolaridade e renda de até um salário-mínimo, não estando inseridas, portanto, no mercado formal de trabalho. Ademais, muitas delas são mães solteiras e únicas responsáveis pela renda familiar.

Sendo as mulheres a parcela mais significativa das(os) beneficiárias(os) faixa 1, é relevante pontuar a alta incidência de inadimplência nas prestações dessa modalidade do programa<sup>53</sup>. Dados apresentados pelo Ministério das Cidades referentes a março deste ano indicam que 21,8% dos financiamentos possuem parcelas atrasadas em mais de 90 dias, período a partir do qual o sistema bancário passa a considerar alguém inadimplente. Ainda que a taxa de abril de 2014, 17,5%, fosse razoavelmente inferior ao último dado apresentado, ainda se encontrava muito

53 Diversas matérias foram vinculadas recentemente em jornais de grande circulação sobre a inadimplência na faixa 1 do PMCMV. Destacamos as publicadas pelo *O Estado de São Paulo*: “Caixa fecha o cerco a inadimplentes do Minha Casa e imóveis serão retomados” (ALVES, 2015) pela *Gazeta do Povo*: “Inadimplência é maior na baixa renda do Minha Casa, Minha Vida” (AGÊNCIA ESTADO, 2014) e pela *Folha de São Paulo*: “Cresce calote no Minha Casa, Minha Vida” (CUCOLO, 2015)

acima do inadimplemento nas demais faixas do programa<sup>54</sup> e dos financiamentos imobiliários em geral, que não superam 2% do total.

#### 4.3. O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E O DIREITO À MORADIA DAS MULHERES

Realizaremos a discussão sobre os impactos do Programa Minha Casa, Minha Vida na garantia do direito à moradia das mulheres em dois momentos. Primeiramente, serão pontuadas questões quanto as medidas adotadas no âmbito do programa dirigidas as mulheres. Depois, levantaremos hipóteses sobre questões que não são abarcadas a partir do recorde de gênero dentro do PMCMV.

A política de preferência titularidade feminina em programas habitacionais foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 11.124/2005 e incorporada ao PMCMV. LIMA (2012) demonstra como a política de titularidade pode ser usada como um elemento no processo de empoderamento feminino, pois estabeleceria bases para uma sociabilidade diferenciada ao colocar homens e mulheres como sujeitos iguais em potencial de adquirir um imóvel. Essa conquista poderia desencadear, na visão da autora, a consolidação da mulher enquanto sujeito titular de direitos e deveres.

Ademais, tratando-se de uma política estatal, a preferência da titularidade pode ser forma de dar visibilidade a outras demandas femininas perante o Estado, sendo instrumento de ampliação da cidadania das mulheres e as inserindo no espaço público de discussão política (LIMA, 2012).

A titularidade feminina também representa a proteção material da segurança jurídica da posse para a mulher, uma vez que a desloca da dependência de membro masculino da família. A mulher titular não tem seu direito à moradia ameaçado quando do abandono do lar pelo seu companheiro e fica menos vulnerável a ser expulsa do espaço doméstico.

Contudo, há que se considerar que essa política pode ser desenvolvida como um reforço a construção social que liga o feminino ao espaço doméstico e a

54 1,9% em abril de 2014 e 2,2% em março de 2015

coloca na posição de responsável pelo lar e pela família. A maioria dos argumentos apresentados pelo poder público quando comenta sobre essa política vai nesse sentido. O comentário da Presidenta Dilma sobre a alta taxa de mulheres proprietárias de unidades habitacionais faixa 1 do PMCMV é exemplificativo; “No caso das famílias de mais baixa renda, que são a maioria, temos até agora 89% das mulheres como proprietárias, porque o Minha Casa, Minha Vida tem o objetivo de reforçar a estrutura da família” (PORTAL BRASIL, 2015).<sup>55</sup>

Ainda é preciso ter em conta que a política também foi desenvolvida, contraditoriamente, como demanda do setor da construção civil. Já que, em análises de risco de mercado, as empresas da construção entenderam serem as mulheres melhores pagadoras, uma vez que apresentam índices menores de inadimplência.

A titularidade da mulher em caso de separação, divórcio ou dissolução da união estável vai no mesmo sentido. Apesar da inegável importância desse avanço legislativo, que representa uma proteção material ao direito à moradia da mulher, ela vem atrelada a um discurso que reforça o papel da mulher enquanto responsável pela socialização dos filhos e filhas. Nesse sentido, o parágrafo único do art. 35-A da Lei do PMCMV exclui a previsão nos casos em que ao homem seja concedido a guarda integral dos filhos.

Ainda que reconheçamos a grande importância dessas políticas, o discurso que as acompanha reforça papéis de gênero extremamente problemáticos, que não percebem a mulher como cidadã, mas como mãe, responsável pelo lar e pela socialização dos filhos e filhas. Assim, urge a necessidade de vincular tais políticas ao direito à moradia das mulheres. Nesse sentido, aponta Lima sofre a insuficiência da política de titularidade sem que esta seja combinada com medidas que deem poder político as mulheres e com a mudança do discurso estatal sobre o tema:

De fato uma realidade existia, muitas mulheres eram colocadas para fora de casa após uma separação. O que ocorre é que tal realidade é fruto de uma desigualdade de gênero presente na cultura do povo, de homens, de mulheres, do Estado e que precisa ser modificada. Medidas práticas realmente precisam ser tomadas, mas elas não devem parar por aí. Considerar que a titularidade existe por esse motivo, não resolve o problema da desigualdade entre os sexos, pois a violência contra a mulher, sua falta de segurança é na verdade, uma consequência. Portanto, a questão central não é remediar fatos, mesmo que estes precisem ser reconhecidos, mas trabalhar (...) justamente a ausência de visibilidade dessas mulheres. (...) A questão é bem mais ampla que a aquisição de um

<sup>55</sup> Trecho da declaração da Presidenta publicado no portal do Governo Federal.

imóvel no nome da mulher, no entanto essa é uma medida necessária (LIMA, 2012, p. 97)

Ainda é preciso pontuar a importância do estabelecimento de critério que define as mulheres responsáveis pelo lar como beneficiárias preferenciais do PMCMV. Tal determinação reconhece as maiores dificuldades das mulheres no acesso à moradia, especialmente pela restrição de crédito enfrentada pelas mulheres de baixa renda a financiamentos tradicionais, uma vez que a maioria delas não está inserida no mercado formal de trabalho. A recente aprovação do manual de seleção dos beneficiários do programa, que sugere a inclusão do recorte de gênero também na definição dos critérios de preferência municipais, se apresentou como mais uma evidência desse reconhecimento. Mais significativo ainda foi a sugestão de critério aos municípios que permite o diálogo entre as políticas de habitação e enfrentamento a violência contra a mulher.

Sendo a Portaria nº 412 do Ministério das Cidades ainda bastante recente, não é possível saber se os municípios vão incorporar critérios com o recorte de gênero ao desenvolvimento local do programa. Buscamos levantar exemplos de critérios locais no desenvolvimento desse trabalho<sup>56</sup>, o único município levantado que incluiu o recorte de gênero na definição dos critérios locais foi São Paulo-SP. A capital paulista estabeleceu a preferência de famílias com alta vulnerabilidade social<sup>57</sup>, incluindo na definição de vulnerabilidade mulheres em situação de violência, além de travestis e transexuais em situação de rua.

Contudo, é possível afirmar que a introdução do recorte de gênero no Programa Minha Casa, Minha Vida não se dá a partir de uma percepção da questão da moradia em sua complexidade. O fato do programa não estabelecer o diálogo entre a política urbana e a política habitacional, como já afirmada equivocadamente MARICATO (2009) no período de seu lançamento, faz com que o PMCMV desloque

56 Foram levantados os critérios locais dos seguintes municípios: Campo Grande – MS (CAMPO GRANDE, 2013); Caruaru – PE (PREFEITURA DE CARUARU, 2015); Cascavel – PR (PREFEITURA DE CASCAVEL, 2015); Cuiabá – MT (MIRANDA, 2015); Curitiba – PR (PREFEITURA DE CURITIBA, 2012); Duque de Caxias – RJ (PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS, 2013); Fortaleza – CE (PREFEITURA DE FORTALEZA); Ilhéus – BA (SDS DE ILHÉUS, 2015) Londrina – PR (LONDRINA, 2010); Pirassununga – SP (REPÓRTER NARESSI, 2015); São Paulo-SP (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2015)

57 São consideradas pelo município de São Paulo-SP famílias com alta vulnerabilidade social aquelas com muitas crianças ou idosos na composição familiar; que tenham idosos como chefes de família; gays, bissexuais ou mulheres, independente de sua orientação sexual, em situação de violência doméstica; e transexuais e travestis, negros ou índios em situação de rua (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2015).

a população mais pobre para lugares cada vez mais distantes da infraestrutura urbana, em um processo de periferização da população urbana de baixa renda<sup>58</sup> Não por acaso a localização dos empreendimentos é a maior crítica realizada ao programa federal.

Conforme já pudemos discutir no segundo capítulo, a não inserção da habitação em locais com infraestrutura urbana e disponibilização de equipamentos e serviços públicos<sup>59</sup> implica na sobrecarga das atividades relacionadas a manutenção do lar e dos cuidados com filhos e filhas e demais pessoas dependentes na família. Tarefas socialmente destinadas as mulheres. Ademais, a localização marginal dos empreendimentos implica na expansão da já extenuante dupla jornada de trabalho feminina, se somando as atividades produtivas e reprodutivas o grande tempo de deslocamento entre casa, trabalho e equipamentos e serviços públicos.

O PMCMV, especialmente em suas modalidades de atendimento a faixa 1, é considerado um programa habitacional de custo acessível, uma vez que as prestações variam entre R\$ 25,00 e R\$ 80,00. Contudo, os dados evidenciam que as(os) mutuárias(os) dessa modalidade, em sua grande maioria mulheres, não conseguem arcar com as prestações exigidas pelo programa, tornando-se inadimplentes. Famílias com renda inferior a um salário-mínimo, situação predominante nos resultados de todas as pesquisas que aqui apresentamos, possuem o rendimento tão baixo que este resta comprometido com outras despesas indispensáveis, como alimentação e transporte. Soma-se a isso a localização marginal desses empreendimentos, que redundam em gastos mais elevados com transportes. Assim, ainda que as prestações do programa sejam consideravelmente inferiores àquelas praticadas nos financiamentos convencionais, elas representam um custo expressivo para essas famílias.

A inadimplência ainda resulta na insegurança jurídica da posse. Os financiamentos do programa são operações financeiras asseguradas por alienação fiduciária em garantia e, no caso das operações com recursos do FAR, essa é a

58 Uma série de análises acadêmicas do PMCMV dissertam sobre esse processo, destacamos aqui os livros “O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais” (CARDOSO Org., 2013) e “Minha Casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros” (AMORE, SHIMBO, RUFINO (Org.), 2015), produzidos pelo Observatório das Metrópoles. Não nos aprofundaremos sobre o tema por fugir ao objeto do presente trabalho.

59 A título de exemplo, pesquisa realizada na Região Metropolitana de Fortaleza constatou que 84% dos empreendimentos faixa 1 foram construídos em áreas com redes de infraestrutura de saneamento, pavimentação, arborização e qualidade das calçadas e iluminação pública classificadas como ruins ou muito ruins (PEQUENO, FREITAS, 2013).

única garantia. Assim, uma vez que as(os) beneficiárias(os) recebem notificação extrajudicial comunicando o inadimplemento, elas(es) possuem o prazo de quinze dias para quitar as prestações vencidas, acrescidas de juros moratórios, sob pena de terem seus imóveis retomados pela CEF (BELMONTE, 2015). Não existe política de garantia do direito à moradia quando da retomada das unidades habitacionais. Pelo contrário, o Governo Federal recentemente tem declarado que intensificará a cobrança das prestações atrasadas e a retomada de unidades (ALVES, 2015).

As negociações entre CEF e as(os) mutuárias(os) só costumam ser realizadas quando possuem assessoria de associações ou movimentos sociais, o que é relativamente incomum. No mais das vezes, o desconhecimento dos beneficiários e, principalmente, das beneficiárias mais empobrecidas, as impede de conhecer e defender seu direito à moradia perante a intransigência na retomada dos imóveis e em processos de negociação (BARBOSA, FERREIRA, OLIVEIRA, 2008).

Já pudemos dissertar sobre as consequências especialmente severas dos despejos para mulheres de baixa renda, que as expõe a violência de cunho de gênero dos agentes públicos, lhe onera a responsabilidade de dar soluções para toda a família, notadamente quando a retirada da moradia é acompanhada do abandono de seu companheiro. A garantia dos financiamentos por meio da alienação fiduciária do imóvel implica na possível exposição das mutuárias do PMCMV a esse processo.

Outro ponto que cabe ser destacado são os relatos de utilização de materiais de baixa qualidade nos empreendimentos faixa 1 realizados por empresas do setor da construção civil, em uma tentativa de diminuir o custo das obras. Os problemas de habitabilidade daí derivados afetam principalmente as mulheres, posto que elas, em regra passam mais tempo em casa, além de serem responsáveis pelos cuidados domésticos.

Por fim, recentes pesquisas realizadas pela Câmara Brasileira da Indústria de Construção e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), concluíram que o PMCMV não conseguiu concretizar o objetivo de reduzir significativamente o déficit habitacional, diminuindo-o em apenas 8% desde a sua criação. O déficit era de 5,7 milhões quando da criação do programa. Em 2014, a demanda ainda era de 5,2



milhões. Das quatro categorias do déficit habitacional brasileiro<sup>60</sup>, apenas as coabitações reduziram significativamente, caindo 24,12% (SANTOS, 2015).

Não existem dados sobre o déficit habitacional a partir do recorte de gênero. Contudo, considerando que 82,5% do déficit habitacional está concentrado na população que possui renda até três salários mínimos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015) e 71,3% das mulheres que trabalham recebem até dois salários mínimos (IGBE, 2009), é evidente que o não acesso a habitação afeta parcela expressiva das mulheres brasileiras. Mais que isso, o déficit habitacional atinge as mulheres de forma qualitativamente distinta, considerando os aspectos debatidos sobre a vivência das mulheres trabalhadoras na cidade, em uma sociedade capitalista e patriarcal.

Os elementos apresentados permitem concluir que os impactos do Programa Minha Casa, Minha Vida na efetivação do direito à moradia para as mulheres são complexos e de difícil avaliação. Não é possível que o Estado identifique as falhas e avanços proporcionados pelo programa sem levantar dados que permitam sua avaliação e eventuais modificações. Com relação as políticas de preferência e de titularidade especialmente, não existe quaisquer garantias de que suas implementações invertam a lógica proprietária masculina e sejam formas de empoderamento feminino. Somente pesquisas de percepção seriam capazes de indicar se os objetivos dessas políticas de fato foram alcançados.

É notório, todavia, a necessidade de aprofundar o recorte de gênero no programa, que se limita principalmente em torno da questão da propriedade do imóvel. Uma política que não considere a construção e reconstrução do espaço urbano em uma sociedade patriarcal e capitalista dificilmente conseguirá enfrentar qualitativamente o problema do não acesso à moradia adequada por mulheres. Por fim, cabe destacar que enfrentar esse problema perpassa necessariamente pelo diálogo entre as políticas habitacionais e fundiárias, já que as mulheres são afetadas de maneira muito mais severa pelos conflitos fundiários urbanos.

60 habitações precárias (favelas), coabitação (famílias que dividem uma mesma casa), locatários e adensamentos populacionais (SANTOS, 2015)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos apresentar as seguintes sínteses:

1. *A cidade é classista, patriarcal e racista.* A cidade pode ser compreendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, que significam, em sentido amplo, a reprodução da sociedade. Nesse sentido, é preciso considerar que as relações sociais no presente momento histórico são condicionadas pelas contradições estruturais de classe, raça e gênero. Tratam-se de eixos estruturais distintos, determinados por lógicas diversas, que não podem ser equiparados ou subordinados entre si. Cada uma dessas contradições marca todo o corpo social, o estruturando em todos os seus aspectos. Se cada contradição tem sua lógica própria, o nó formado pelas três apresenta dinâmica específica, regida por uma nova lógica contraditória, sendo que cada eixo estrutural, e, conseqüentemente, a formatação do próprio nó, é determinado historicamente. Assim, a cidade é constantemente (re) construída a partir de relações sociais racistas, patriarcais e classistas, as incorporando.

2. *A cidade é um lugar de conflito.* A cidade do capital se constitui em torno do valor de troca das terras, que são mercadoria, e na capacidade do espaço urbano em se constituir da melhor maneira possível como força produtiva. Ao mesmo tempo, ainda é o lugar onde 84% da população brasileira vive. Tem-se, portanto, uma contradição de interesses em torno da cidade. Ao mesmo tempo que o capital necessita que ela se organize como força produtiva, as pessoas necessitam que ela se organize enquanto espaço de vivência e socialização. No que se refere questão da moradia, o quadro apresentado resulta no não acesso de parte expressiva da classe trabalhadora ao direito à moradia, especialmente seus setores mais empobrecidos. Isso é especialmente agravado nas cidades dos países de capitalismo periférico, que resultou na formação de grandes metrópoles subdesenvolvidas, concentradoras de grande massa de trabalhadores/as disponíveis à indústria fordista e marcadas pelo grande contraste entre pobreza e riqueza no espaço urbano. Nesses locais, o acesso ao mercado imobiliário formal é ainda mais restrito.

3. *A vivência da cidade não se dá da mesma forma para homens e mulheres, já que vivemos em uma sociedade patriarcal.* A vivência da mulher

trabalhadora na cidade e sua relação com a moradia é qualitativamente diferente da do trabalhador. As mulheres têm a responsabilidade sobre as tarefas domésticas e de cuidado com os filhos e filhas, estão em empregos mais precarizados e informais, possuem renda inferior à masculina, assumem cada vez mais a responsabilidade do trabalho produtivo perante a família, especialmente no caso de famílias monoparentais e possuem menor acesso à propriedade da terra. Todos esses fatores são mais expressivos entre as mulheres negras e periféricas.

4. *O sujeito de direito é masculino.* Ainda que as mulheres possam consubstanciar avanços por meio do Direito, o sujeito de Direito segue sendo masculino e o limite dos avanços é estabelecido pelas relações sociais patriarcais. Quando o Direito incorpora questões relativas às mulheres, não o faz as considerando demandas gerais, relacionadas a necessidades humanas. Pelo contrário, questões relacionadas ao feminino são consideradas “especiais” e criam legislações específicas, relacionadas aos papéis sociais de gênero. Isso não afasta a necessidade do uso tático do Direito pelas lutas feministas ou das lutas mais amplas nas quais as mulheres possuem protagonismo, nem a capacidade da discussão desencadeada pelo Direito implicar em processos de mobilização que fortaleçam essas lutas.

5. *O direito à moradia para as mulheres ainda se relaciona a condição de opressão e desigualdade a que estas estão submetidas pelo sistema patriarcal.* Quando uma mulher tem seu acesso à moradia e à terra limitados, isso não afeta só a garantia de suas necessidades materiais imediatas, como reitera sua posição de subordinação e dependência sociais em função de seu gênero. Nesse sentido, o direito à moradia da mulher não deve ser considerado enquanto uma reiteração de seu papel de gênero, que a coloca como pertencente ao espaço doméstico. Pelo contrário, deve implicar na garantia de condições materiais que permitam às mulheres estarem em posição de maior autonomia. Se defendemos a necessidade do recorte de gênero quando falamos em direito à moradia é por reconhecer que ser mulher implica tanto em uma relação distinta com a moradia quanto em uma limitação em seu acesso.

6. *O Programa Minha Casa, Minha Vida é uma política econômica antes de política habitacional.* O PMCMV é sobretudo uma política econômica desenvolvida por meio da habitação. Seu principal objetivo foi atuar enquanto política anticíclica a partir das repercussões da crise econômica mundial de 2008. Contraditoriamente,

significou um investimento sem precedentes na política habitacional. Trata-se de um programa complexo, que se destina a atender desde setores da classe média tradicionalmente excluídos do mercado imobiliário formal até a população de zero a três salários mínimos. Assim, ele se organiza a partir de uma série de sub programas que tem em comum o acesso ao produto “casa própria”.

*7. O recorte de gênero do Programa Minha Casa, Minha Vida apresenta uma série de contradições.* Incorpora a política de titularidade, que pode tanto representar uma forma de empoderamento das mulheres, as colocando perante o Estado como sujeitos políticos, e uma garantia material a segurança jurídica da posse, como pode significar a reiteration do papel de gênero socialmente construído que a atrela o feminino ao espaço doméstico. Ademais, a localização marginal e o alto índice de inadimplência e consequente retomada dos imóveis nos empreendimentos faixa 1, de imensa maioria de beneficiárias mulheres, também sugere que o programa não garante o direito à moradia para as mulheres, considerando os requisitos elencados pelo Comentário Geral nº 4 ao PIDESC analisado a partir do recorte de gênero.

A partir das sínteses apresentadas, é possível inferir que considerações sobre o direito à moradia para as mulheres precisam considerar aspectos o processo de constante reconstrução do espaço urbano em uma sociedade capitalista e patriarcal.

No que se refere ao Programa Minha Casa, Minha Vida e seus recortes específicos voltados às mulheres, quaisquer tentativas de compreensão esbarram na falta de compilação de dados por parte da Administração Pública. Ainda assim, é possível inferir que o programa incorpora as mulheres sem de fato considerar todas as implicações de sua relação qualitativamente distinta com a cidade e com a moradia.

Ademais, a introdução do recorte de gênero se dá a partir de uma perspectiva liberal, calcada na ideia de empoderamento individual por meio do consumo do produto casa própria. É incorporada a ideia de habitante como consumidor, típica das políticas públicas erigidas no contexto neoliberal e pautadas no Planejamento Estratégico das cidades. Além disso, a própria ideia de moradia é circunscrita ao produto casa própria.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADO. **Inadimplência é maior na baixa renda do Minha Casa, Minha Vida.** 08 junho 2014. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/inadimplencia-e-maior-na-baixa-renda-do-minha-casa-minha-vida-9ayv2ssyww2ti6tool7sfp4r2>>. Acesso em: 30 set. 2015.

ALFONSIN, Betânia. Cidade para todos/Cidade para todas—vendo a cidade através do olhar das mulheres. **Direito urbanístico:** estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

ALVES, Carolina Caraíba Nazareth. **Direito à moradia:** análise da situação no município de Curitiba à luz dos indicadores sociais. 216 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ALVES, Murilo Rodrigues. **Caixa fecha cerco a inadimplentes do Minha Casa e imóveis serão retomados.** 20 setembro 2015. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,caixa-fecha-cerco-a-inadimplentes-do--minha-casa-e-imoveis-serao-retomados,1765418>>. Acesso em 15 set. 2015

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha casa ...e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11 – 28.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha casa ...e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANDERSON, Jeanine. **Feminización de la pobreza en América Latina.** Lima: Red Entre Mujeres. Diálogo Sur-Norte, 1994.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARAGÃO, Thêmis Amorim; CARDOSO, Adauto Lúcio. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17 – 66.

ATAL, Juan Pablo; ÑOPO, Hugo; WINDER, Natalia. **New century, old disparities.** Gender and Ethnic Wage Gaps in Latin America, IDB Working Paper Series, 2009.

BARBOSA, Maria de Lourdes da Silva; FERREIRA, Beth; OLIVEIRA, Maria Letícia. O cajueiro amigo: reflexões sobre o impacto dos despejos na vida das mulheres. In: GOUVEIA, Taciana (Org.). **Ser, fazer e acontecer:** mulheres e o direito à cidade. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 38 – 59.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** fatos e mitos. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BELMONTE, Priscila. Prestações atrasadas do ‘Minha casa, minha vida’ devem ser regularizadas em até três meses. **Extra.** Disponível em < <http://extra.globo.com/noticias/economia/prestacoes-atrasadas-do-minha-casa-minha-vida-devem-ser-regularizadas-em-ate-tres-meses-16437366.html>>. Acesso em 25 set. 2015.

BOUILLON, César Patricio *et al.* **Un espacio para el desarrollo:** Los mercados de vivienda en América Latina y el Caribe. Banco Interamericano de Desarrollo, 2012.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política:** uma introdução crítica, 2ª ed. v. 1, São Paulo: Cortez, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL [CEF]. **Mulheres respondem por mais de 86% dos contratos do Minha Casa Minha Vida na faixa 1.** 15 março 2013. Disponível em < <http://mcmv.caixa.gov.br/mulheres-respondem-por-mais-de-86-dos-contratos-do-minha-casa-minha-vida-na-faixa-1/>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

CÂMARA BRASILEIRA DE INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC), **Distribuição percentual do déficit habitacional urbano por faixa de renda média familiar mensal:** Brasil, grandes regiões, UF e regiões metropolitanas 2012. Disponível em < [http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/tabela\\_08.A.08\\_2.xlsx](http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/tabela_08.A.08_2.xlsx)>. Acesso em: 06 set. 2015.

CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CHAGAS, Paulo V. Negros tem 2,6 mais chances de morrer do que brancos no Brasil. **Pragmatismo político**, 10 janeiro 2015. Disponível em <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/negros-tem-26-vezes-mais-chances-de-morrer-que-brancos-no-brasil.html>> Acesso em: 25 set. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

CUCULO, Eduardo. Cresce calote no Minha Casa, Minha Vida. **Folha de São Paulo**, 01 junho 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1636053-cresce-calote-no-minha-casa-minha-vida.shtml>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

DEARO, Guilherme. As 21 mega – cidades do mundo. **Exame.com**, 29 abril 2014. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/as-21-mega-cidades-do-mundo/lista>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

DIP, Andrea. “Não vamos sair” diz moradora do Morro da Providência. **Agência pública**, 24 janeiro 2012. Disponível em <<http://apublica.org/2012/01/nao-vamos-sair-diz-moradora-morro-da-providencia-veja-minidoc/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

FACIO, Alda. Hacia otra teoría crítica del Derecho. In: HERRERA, Gioconda; FACIO, Alda. **Las fisuras del patriarcado**: reflexiones sobre feminismo y derecho. FLACSO, 2000. p. 15 – 58

FERREIRA, João Sette Whitaker. Globalização e organização subdesenvolvida. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 10-20, out./dez. 2000.

FERREIRA, Krishna Kelly Bastos et al. Estudo de caso do programa “Minha Casa, Minha Vida” no município de São João del-Rei – MG: uma análise dos impactos causados na vida das mulheres pelo processo de desterritorialização e verticalização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais...** Disponível em <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404680249\\_ARQUIVO\\_Estudod ecasodoprograma\\_MinhaCasa,MinhaVida\\_nomunicipiodeSaoJoaodel-Rei-MGUmaanalisadosimpactoscausadosnavidadasmulherespeloprocessoedesterritorializacaoeverticalizacao.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404680249_ARQUIVO_Estudod ecasodoprograma_MinhaCasa,MinhaVida_nomunicipiodeSaoJoaodel-Rei-MGUmaanalisadosimpactoscausadosnavidadasmulherespeloprocessoedesterritorializacaoeverticalizacao.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2015.

FLORES, Joaquim Herrera. **A (re) invenção dos direitos humanos**. Garopaba: Fundação Boiteux, 2009.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA [FRNU]. **Quem somos**. Disponível em < <http://www.forumreformaurbana.org.br/quem-somos> >. Acesso em: 30 out. 2015.

FRANÇA, Danilo; LIMA, Márcia; RIOS, Flavia. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. p. 53-80.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2011 – 2012**. Belo Horizonte, 2015.

G1 PARANÁ. **Fila de espera da COHAB em Curitiba tem mais de 80 mil pessoas**. 23 agosto 2014. Disponível em <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/48764/referencias-bibliograficas-tiradas-na-internet-como-colocar-no-trabalho>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

GARCIA, Antônia dos Santos. Mulher Negra e o direito à cidade: Relações raciais e de gênero; SANTOS. Renato Emerson dos (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alli; Brasília: ABPN, 2012.

GUETHS, Mague. Curitiba tem 56 mil imóveis desocupados. **Folha de Londrina**, 29 outubro 2007. Disponível em <<http://terradedireitos.org.br/2007/10/29/na-imprensacuritiba-tem-56-mil-imoveis-desocupados/>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

HABITAT FOR HUMANITY, World habitat day 2015 key housing facts, 5 outubro 2015. Disponível em <<http://www.habitat.org/getinv/events/world-habitat-day/housing-facts>>. Acesso em: 31 out. 2015.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**. n. 29, p. 73-89, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Síntese de Indicadores Sociais de 2009**. Rio de Janeiro, 2009.



\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio:** Síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: 2010, Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em 15 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010:** Aglomerados subnormais – primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional de amostra por domicílios 2011.** Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais de 2014.** Rio de Janeiro, 2014.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Denise Furtado Alencar. **A política de titularidade residencial feminina no contexto da política pública habitacional.** 129 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. O " Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. **Carta Maior**, 27 maio 2009. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>>. Acesso em: 13 set. 2015.

\_\_\_\_\_. O estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (Orgs.). O estatuto da cidade comentado. São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança das cidades, 2010. P. 5-22.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política, livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk; OLIVEIRA, Ligia Ziggioni de. Guarda compartilhada e a condição feminina: limites e possibilidades para a democratização dos papéis econômico e afetivo. **Pensar**, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 750-778, set./dez. 2014.

MEIRA, Thiago A. V.; OLIVEIRA, Daniel C.; SANTANA, Vagner C. Desenvolvimento Capitalista: um debate sobre a relação centro-periferia. **EFEDeportes.com**. Buenos Aires, n. 177, fev. 2013.

MIRANDA, Karina. Inscrições para 1,2 mil casas podem ser feitas pela internet. **Prefeitura de Cuiabá**, 25 agosto 2015. Disponível em <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/assistencia-social/inscricoes-para-1-2-mil-casas-do-minha-casa-minha-vida-podem-ser-feitas-pela-internet/11412>>. Acesso em: 01 out. 2015.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. **Construção jurídica das relações de gênero**: o processo de codificação civil na instauração da ordem liberal conservadora no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MOREIRA, Vinicius de Souza; SILVEIRA, Suely de Fátima; REIS, Francimar Natália Silva Cruz. As mulheres e o “Minha Casa, Minha Vida”: o caso de um empreendimento construído em Viçosa – MG. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 21., 2013, Ouro Preto. **Anais...** Disponível em <[http://www.encontrodesaberes.ufop.br/anais/exibir\\_trabalho/3930](http://www.encontrodesaberes.ufop.br/anais/exibir_trabalho/3930)>. Acesso em: 19 set. 2015.

OCUPAÇÃO CULTURAL ESPAÇO DA LIBERDADE (OCEL), **OCEL – reintegração de posse**, 10 maio 2015. Disponível em <[https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=662776307189832&id=625048454295951](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=662776307189832&id=625048454295951)>. Acesso em: 23 jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a um nível de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto**, Raquel Rolnik. 2011. Disponível em <[http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/A-HRC-19-53\\_sp.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/A-HRC-19-53_sp.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2015.

PACHECO, Juliana Thaisa Rodrigues. **Perfil das demandas das famílias com responsabilidade feminina junto ao programa Minha Casa Minha Vida 2 na região dos Campos Gerais/PR**. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013

PALÁCIO DO PLANALTO. **Pronunciamento da presidenta Dilma no Dia Internacional da Mulher**. [vídeo disponível na internet], 08 março 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=UETz1jIGtpA>>. Acesso em: 20 out. 2015.

PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha casa ...e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 131 – 164.

PORTAL BRASIL. **Mulheres respondem por maioria das escrituras do Minha Casa Minha Vida**. 03 junho 2015. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/06/mulheres-respondem-por-maioria-das-escrituras-do-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 03 set. 2015.

PORTAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Cartilha Minha Casa Minha Vida**. 18 junho 2014. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/noticias/2009/marco/Cartilha-Minha-Casa-Minha-Vida.pdf/view>>. Acesso em: 16 set. 2015.

PREFEITURA DE CARUARU. **Começam as inscrições do Minha Casa Minha Vida em Caruaru**. 15 abril 2015. Disponível em <<http://www.caruaru.pe.gov.br/noticia/15/04/2015/comecam-inscricoes-do-minha-casa-minha-vida-.html>>. Acesso em: 03 out. 2015.

PREFEITURA DE CASCAVEL. **Informações Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível em <<http://www.cascavel.pr.gov.br/minha-casa-minha-vida.php>>. Acesso em: 03 out. 2015.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Curitiba é modelo de implantação do Minha Casa Minha Vida**. 19 novembro 2012. Disponível em <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-e-modelo-de-implantacao-do-minha-casa-minha-vida/27932>>. Acesso em: 03 out. 2015.

PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS. **Inscrição para o programa habitacional**. julho 2013. Disponível em <<http://www.mcmv.duquedecaxias.rj.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2015.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Lista de beneficiados com o Programa Minha Casa, Minha Vida – Fortaleza**. Disponível em <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/lista-de-beneficiados-com-o-programa-minha-casa-minha-vida-fortaleza>>. Acesso em: 03 out. 2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Novo cadastro para programa habitacional está no ar; veja como se cadastrar**. 30 janeiro 2015. Disponível em <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5278>>. Acesso em: 03 out. 2015.

PROGRAMA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS [ONU – HABITAT]. **Estado de las ciudades de América Latina y Caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana**. 2012.

---

**Women and housing: towards inclusive Cities**. 2014.

QUEIROZ, Jandira. 29 de janeiro: um dia nacional de luta pela dignidade para pessoas trans. **Anistia Internacional**, 29 janeiro 2015. Disponível em <<https://anistia.org.br/29-de-janeiro-um-dia-nacional-de-luta-pela-dignidade-para-pessoas-trans/>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

REPÓRTER NARESSI. **Seplan anuncia critérios para sorteio do Programa “Minha Casa, Minha Vida”**. 19 setembro 2015. Disponível em <<http://www.reporternaressi.com.br/noticia.php?noticia=11243>>. Acesso em: 03 out. 2015.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: FAZENDO GÊNERO 10 DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS, 2013, Florianópolis. **Anais...** Disponível em <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117\\_ARQUIVO\\_CristianoRodrigues.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SAAD FILHO, Alfredo. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?. **Revista crítica e sociedade**, v. 1, n. 3, p. 6-19, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

---

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Altair. Minha Casa Minha Vida não contém déficit habitacional. **Massa cinzenta**, 04 março 2015. Disponível em < <http://www.cimentoitambe.com.br/minha-casa-minha-vida-deficit-habitacional/>>. Acesso em: 03 out. 2015.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2 ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 16, n. 2, p. 19, 1989.

SCHREINER, Elisa. **A operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida**: Residencial Duque de Caxias. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ILHÉUS [SDS DE ILHÉUS]. **Critérios de priorização de candidatos**. 08 novembro 2012. Disponível em <<http://sdsilheus.ba.gov.br/habitacao/>>. Acesso em: 03 out. 2015

SOUZA, Beatriz. 8 dados que mostram o abismo social entre negros e brancos. **Exame.com**, 20 novembro 2014. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/8-dados-que-mostram-o-abismo-social-entre-negros-e-brancos>>. Acesso em: 25 ago. 2015.